ENERGIA

RELEASE DE RESULTADOS 3T2026



Aurora Namie Yukuhirto
Química

Saiba mais sobre a nossa Companhia

São Paulo, 03 de novembro de 2026 – A ISA ENERGIA BRASIL S.A. ("ISA ENERGIA BRASIL", "Companhia", B3: ISAE3 e ISAE4) anuncia seus resultados do terceiro trimestre de 2026 (3T26). Os Resultados Regulatórios estão apresentados de acordo com os procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE") com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Os resultados regulatórios são auditados anualmente pelo mesmo auditor independente das demonstrações financeiras societárias e não são revisados trimestralmente. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") na seção de "Anexos" deste documento.

Indicadores Regulatórios (R$ Milhões)	**Consolidado**					
	3T26	**3T25**	**Var (%)**	**9M26**	**9M25**	**Var (%)**
Receita Líquida	**1.510,7**	**1.072,3**	**40,9%**	**3.980,3**	**3.232,8**	**23,1%**
PMSO	**-235,3**	**-187,5**	**25,5%**	**-625,2**	**-551,9**	**13,3%**
PMSO Gerenciável	-217,0	-185,5	17,0%	-604,3	-546,1	10,6%
EBITDA	**3.190,1**	**888,5**	**259,0%**	**5.178,2**	**2.601,3**	**99,1%**
Margem EBITDA	*211,2%*	*82,9%*	*128,3 p.p*	*130,1%*	*80,5%*	*49,6 p.p*
Lucro Líquido[1]	**1.904,8**	**550,0**	**246,3%**	**2.436,4**	**1.143,0**	**113,2%**
Margem Líquida	*126,1%*	*51,3%*	*74,8 p.p*	*61,2%*	*35,4%*	*25,9 p.p*
ROE (12 meses)	**21,7%**	**20,8%**	**0,9 p.p**	**21,7%**	**20,8%**	**0,9 p.p**
Dívida Líquida	17.018,3	12.887,2	32,1%	17.018,3	12.887,2	32,1%
CapEx (ex-M&A)	**1.103,3**	**1.205,4**	**-8,5%**	**3.379,2**	**3.415,5**	**-1,1%**

[1]ajustado pela participação do acionista não controlador.

Destaques financeiros 3T26

Receita líquida R$ 1.510,7 milhões (+40,9%)

PMSO R$ 235,3 milhões (+25,5%)

EBITDA R$ 3.190,1 milhões (+259,0%)

CAPEX R$ 1.103,3 milhões (-8,5%)

Dívida líquida R$ 17.018,3 milhões (+32,1%)

Teleconferência 3T26

Teleconferência em português com tradução simultânea para o inglês

Data: 04 de novembro de 2026 **Horário:** 10h00 (BRT) / 08h00 (EST)

O evento será transmitido via Zoom, através do link a seguir: clique aqui

Todos os dados para conexão estão disponíveis no site de Relações com Investidores: ri.isaenergiabrasil.com.br

EVENTOS DO PERÍODO

23ª emissão de debêntures

Em 16 de julho de 2026, a Companhia concluiu a captação de recursos por meio da 23ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações no montante total de R$ 1,5 bilhão, em série única, com prazo de 4 anos e custo de CDI +0,42% ao ano. Os recursos captados foram integralmente destinados para recomposição de caixa da Companhia. Acesse o link para obter maiores informações.

Oferta Pública Primária de ações (ISAE4)

Em 15 de julho de 2026, a Companhia informou ao mercado sobre a oferta pública subsequente ("*Follow-on*") de distribuição primária de, inicialmente, 22,2 milhões de novas ações preferenciais ("ISAE4"). A quantidade de ações inicialmente ofertadas poderia ser acrescida, a critério do emissor e em comum acordo com os coordenadores da oferta, em até 22,2 milhões de ações preferenciais. A oferta foi precificada no dia 23 de julho, quando foram emitidas 44,4 milhões de ações preferenciais ao preço unitário de R$ 27,00. A liquidação aconteceu no dia 28 de julho. Para acessar os documentos da oferta, clique aqui e aqui.

24ª emissão de debêntures

Em 23 de julho de 2026, a Companhia encerrou a 24ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para captar R$ 1 bilhão em série única, com prazo de 4,5 anos e custo de CDI + 0,42% ao ano. Conforme previsto na escritura da oferta, o prazo para liquidação se estende até fevereiro de 2027 e, até o presente momento, os recursos não foram desembolsados. Após a liquidação, os recursos serão integralmente destinados a investimentos em Reforços e Melhorias ("R&M"). Acesse o link para obter maiores informações.

Conclusão do descruzamento de participações societárias em IE Madeira e Garanhuns

Em 31 de julho de 2026, a ISA ENERGIA BRASIL concluiu o descruzamento de participações societárias na IE Madeira e IE Garanhuns, operação que foi divulgada ao mercado em fato relevante publicado dia 19 de março de 2026. Com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter 100% da IE Madeira, concessionária responsável por 2.385 km de linhas de transmissão em corrente contínua, que possui Receita Anual Permitida ("RAP") ex-Parcela de Ajuste ("PA") líquida de PIS/COFINS de R$ 796,7 milhões no ciclo 2026/2027, e deixou de participar da IE Garanhuns, que possui 633 km de linhas de transmissão, cuja RAP (ex-PA) líquida de PIS/COFINS totaliza R$ 165,3 milhões no mesmo ciclo. Com a conclusão da operação, após o cumprimento das condições precedentes e o pagamento de torna de R$ 1,2 bilhão à AXIA, os resultados da IE Madeira passaram a ser integralmente consolidados pela Companhia a partir de agosto de 2026. Para maiores informações, consulte o fato relevante.

Anúncio de Distribuição de Proventos

Em 29 de setembro de 2026, o Conselho de Administração da ISA ENERGIA BRASIL aprovou a distribuição de proventos referentes ao resultado do 1º semestre de 2026, em forma de Juros sobre Capital Próprio ("JCP") no valor total de R$ 398,7 milhões, correspondente a R$ 0,566877 por ação de ambas as espécies. A distribuição do valor do JCP líquido do imposto de renda na fonte foi dividida em três pagamentos, sendo cada um deles com suas respectivas datas base e "ex-direito". Clique aqui para acessar o aviso aos acionistas na íntegra.

Tipo de Provento	Data de Deliberação	Base de Distribuição	Data			Volume (R$ milhões)	R$ / Ação
			Base	Ex-Direito	Pagamento		
Juros Sobre Capital Próprio ("JCP")	29-set-26	Resultado do Exercício Social de 2026	8-out-26	9-out-26	7-dez-26	132,9	0,188959
			9-nov-26	10-nov-26	7-dez-26	132,9	0,188959
			25-nov-26	26-nov-26	7-dez-26	132,9	0,188959
						398,7	**0,566877**

Considerações sobre as informações financeiras

As informações financeiras apresentadas neste documento referem-se ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2026 e foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

A informação denominada EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social, Depreciação e Amortização – LAJIDA) está apresentada de acordo com a Resolução CVM 156/22.

Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Segue o cálculo do EBITDA na contabilidade regulatória de acordo com a Resolução Normativa nº 933 e Despacho nº 2.904:

(R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
(=) Lucro Líquido Regulatório	**1.904,8**	**550,0**	**246,3%**	**2.436,4**	**1.143,0**	**113,2%**
(+) Particip. do Acionista não controlador	7,8	18,0	-56,4%	32,7	46,5	-29,8%
(+) IRPJ/CSLL	712,5	-39,9	n.a	793,8	91,1	771,4%
(-) Equivalência Patrimonial	-34,2	-100,4	-66,0%	-197,2	-267,0	-26,1%
(+) Resultado Financeiro	348,1	293,1	18,7%	1.469,9	996,3	47,5%
(+) Depreciação/Amortização	251,0	167,6	49,8%	642,6	591,4	8,7%
(=) EBITDA Regulatório	**3.190,1**	**888,5**	**259,0%**	**5.178,2**	**2.601,3**	**99,1%**
(+) Equivalência Patrimonial	34,2	100,4	-66,0%	197,2	267,0	-26,1%
(=) EBITDA Regulatório CVM 156/2022	**3.224,2**	**988,9**	**226,1%**	**5.375,4**	**2.868,3**	**87,4%**

O cálculo do EBITDA de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas de contabilidade internacionais, *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo "*International Accounting Standards Board* ("IASB"), a partir do EBITDA na contabilidade regulatória está disponível na seção "Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)" deste documento (clique aqui).

ÍNDICE

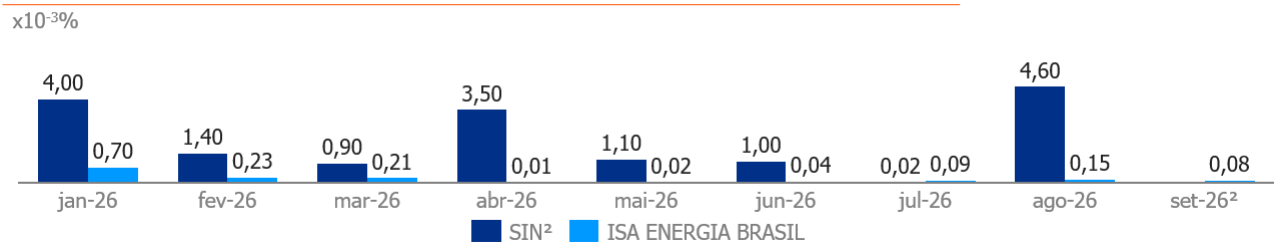
EVENTOS DO PERÍODO	**3**
DESEMPENHO FINANCEIRO (RESULTADOS REGULATÓRIOS)	**7**
RECEITA OPERACIONAL	7
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (PMSO)	9
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	11
EBITDA E MARGEM	12
RESULTADO FINANCEIRO	13
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	14
LUCRO LÍQUIDO[1]	16
COMPARATIVO DE RESULTADOS (REGULATÓRIO VS. IFRS)	17
ENDIVIDAMENTO	**19**
INVESTIMENTOS	**21**
INVESTIMENTOS EM REFORÇOS E MELHORIAS ("R&M")	21
INVESTIMENTOS EM PROJETOS *GREENFIELD*	22
MERCADO DE CAPITAIS	**23**
COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	23
DESEMPENHO DAS AÇÕES	23
PROVENTOS	24
SUSTENTABILIDADE	**25**
DESTAQUES DO PERÍODO	25
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	26
OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	**29**
REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA (RTP) - CONTRATOS LICITADOS	29
RAP CICLO 2026/2027	30
RENOVAÇÃO CONCESSÃO PAULISTA - CONTRATO 059/2001 (RBNI/RBSE)	32
PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA – LEI 4.819/58	33
GLOSSÁRIO	**35**
ANEXOS	**38**

DESEMPENHO OPERACIONAL

Para os ativos de transmissão com tensão inferior a 230 kV, associados aos pontos de conexão com agentes de distribuição, o principal indicador de desempenho operacional é o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"). O IENS corresponde à relação percentual entre o volume total de energia não suprida aos agentes de distribuição ao longo das ocorrências registradas no período e a energia total que seria fornecida na ausência de interrupções. Esse indicador reflete, portanto, a quantidade de energia que deixou de ser consumida pelos consumidores finais em decorrência de falhas ou interrupções no sistema.

Segue abaixo a medição do IENS[1] da Companhia ao longo do terceiro trimestre de 2026:

IENS % 2026



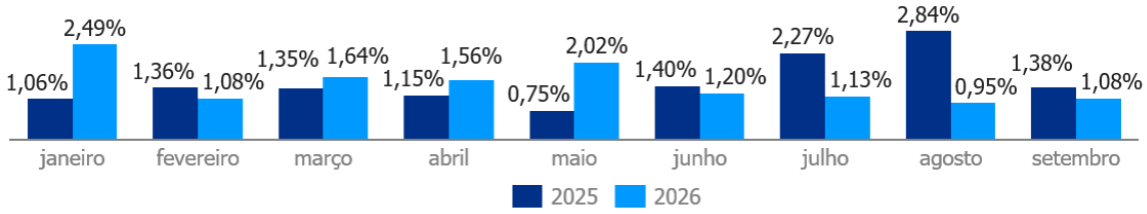
[1] São considerados ativos de conexão com os agentes de distribuição com tensão inferior a 230 kV.

[2] Dado de setembro do SIN não disponibilizado pelo ONS.

Parcela Variável

A Parcela Variável ("PV") é um mecanismo regulatório aplicado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") que reduz a Receita Anual Permitida ("RAP") das concessionárias de transmissão quando são registradas falhas, desligamentos ou restrições operativas. O desconto é proporcional à indisponibilidade verificada. O indicador considera os ativos da Rede Básica com tensão igual ou superior a 230 kV e é apurado pela razão entre a PV bruta do período e sua respectiva RAP.

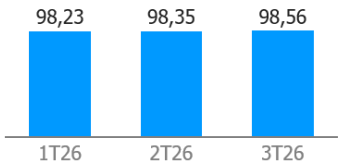
PV % 2026



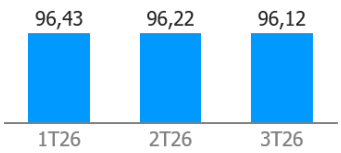
* Os dados da PV são dinâmicos e podem ser alterados posteriormente em função da conclusão de contestações junto ao ONS.

Disponibilidade de ativos (%)

Linhas de Transmissão



Transformadores



* São considerados apenas ativos da rede básica.
** O ONS calcula o indicador para famílias de equipamento, que é a junção do tipo e nível de tensão.
*** Dados acumulados em forma de janela móvel.
**** Fonte: ONS.

DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

Receita Operacional

Receita Operacional	Consolidado					
(R$ Milhões)	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Receita de Uso da Rede Elétrica	**1.710,6**	**1.239,4**	**38,0%**	**4.503,7**	**3.684,8**	**22,2%**
RBSE	**519,5**	**511,5**	**1,6%**	**1.542,6**	**1.648,7**	**-6,4%**
Concessão Paulista (contrato 059)	**519,3**	**468,1**	**10,9%**	**1.484,7**	**1.340,2**	**10,8%**
Operação e Manutenção (O&M)[1]	249,2	238,3	4,6%	725,7	708,5	2,4%
Reforços e Melhorias (R&M)	270,1	229,8	17,5%	759,0	631,7	20,2%
Contratos Licitados	**551,9**	**265,1**	**108,2%**	**1.274,5**	**773,7**	**64,7%**
Projeto Básico (CAEE + O&M)	533,4	247,4	115,6%	1.220,5	739,2	65,1%
Reforços e Melhorias (R&M)	18,6	17,7	4,9%	54,0	34,4	56,8%
Parcela de Ajuste (PA) e Antecipações	**98,5**	**-52,2**	**n.a**	**142,2**	**-163,6**	**n.a**
Parcela Variável (PV)	**-16,0**	**-15,6**	**2,5%**	**-49,6**	**-44,2**	**12,3%**
Encargos Regulatórios ex RAP (CDE e PROINFA)	**37,2**	**62,5**	**-40,4%**	**109,4**	**130,0**	**-15,8%**
Outras	**11,1**	**11,2**	**-0,5%**	**32,9**	**33,9**	**-2,9%**
Receita Bruta	**1.721,7**	**1.250,6**	**37,7%**	**4.536,6**	**3.718,7**	**22,0%**
Deduções	**-211,0**	**-178,2**	**18,4%**	**-556,1**	**-485,9**	**14,4%**
Tributos e Contribuições (PIS e Cofins)	-149,3	-105,6	41,3%	-391,8	-319,5	22,6%
Encargos Regulatórios ex RAP (CDE e PROINFA)	-33,7	-57,8	-41,7%	-98,7	-116,9	-15,6%
Encargos Regulatórios in RAP (P&D, RGR e TFSEE)	-28,1	-14,8	89,3%	-65,6	-49,5	32,5%
Receita Líquida	**1.510,7**	**1.072,3**	**40,9%**	**3.980,6**	**3.232,8**	**23,1%**

[1] RAP referente à parcela de operação e manutenção dos ativos existentes considerados no processo de renovação do contrato 059/2001.

A receita bruta consolidada atingiu R$ 1.721,7 milhões no 3T26, aumento de R$ 471,1 milhões em relação ao 3T25 (+37,7%). No 9M26, a receita bruta consolidada apresentou crescimento de R$ 817,9 milhões (+22,0%) em relação ao 9M25, totalizando R$ 4.536,6 milhões. Além do reajuste do ciclo tarifário para o ciclo 2026/2027 com atualização da RAP pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") do período (4,72%), as principais variações da receita no período foram:

Concessão Paulista (contrato 059/2001)

- ▲ Incorporação da RAP dos projetos de Reforços e Melhorias ("R&M") de grande porte energizados nos últimos 12 meses;

Contratos Licitados

- ▲ Início do recebimento da RAP (ciclo 2026/2027) de R$ 478,9 milhões dos projetos Riacho Grande, Jacarandá e Piraquê, cujas energizações aconteceram entre outubro de 2025 e junho de 2026;
- ▲ Consolidação, a partir de agosto de 2026, de 100% dos resultados da IE Madeira na receita consolidada (+R$ 144,5 milhões), após a conclusão do descruzamento de participações societárias com a AXIA Energia. Anteriormente, a participação de 51% detida pela Companhia era reconhecida via equivalência patrimonial.

Parcelas de Ajuste ("PA") e Antecipações

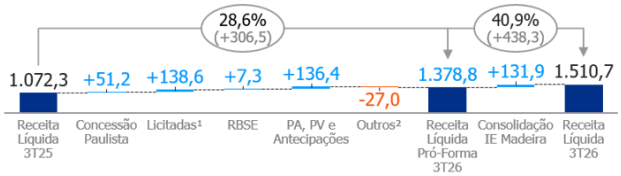
PA + Antecipação + Ressarcimento (R$ Milhões)	Consolidado 3T26	3T25	Var (%)
PA Reajuste de ciclo	150,1	0,0	n.a.
Anuidade Melhorias	11,5	11,0	4,7%
Antecipação (Superávit | Déficit de Arrecadação)	-63,1	-36,8	71,4%
Ressarcimento CDE	0,0	-26,4	-100,0%
TOTAL	98,5	-52,2	n.a.

- ▲ PA do reajuste de ciclo tarifário (2025/2026 vs. 2026/2027) positiva em R$ 150,1 milhões;
- ▲ Ressarcimento da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"): a CDE é classificada como um repasse e não constitui receita da Companhia que, por sua vez, alterou seu tratamento contábil para que a CDE deixasse de transitar pelo resultado a partir de agosto de 2025 uma vez que a receita bruta registrada de CDE era integralmente provisionada no mês subsequente;
- ▼ Menor volume de antecipações relacionadas ao superávit ou déficit de arrecadação do setor (-R$ 37,2 milhões).

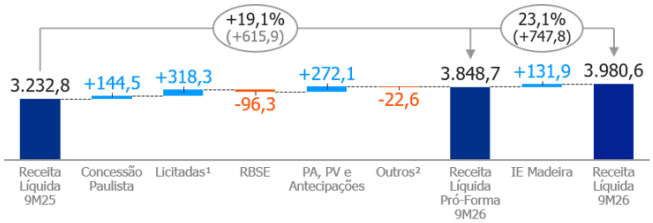
RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida aumentou R$ 438,3 milhões (+40,9%) em relação ao registrado no 3T25, totalizando R$ 1.510,7 milhões. Já no 9M26, a receita líquida teve incremento de R$ 747,8 milhões (+23,1%) vs. 9M25.

Receita Líquida – 3T26 vs. 3T25
(R$ milhões)



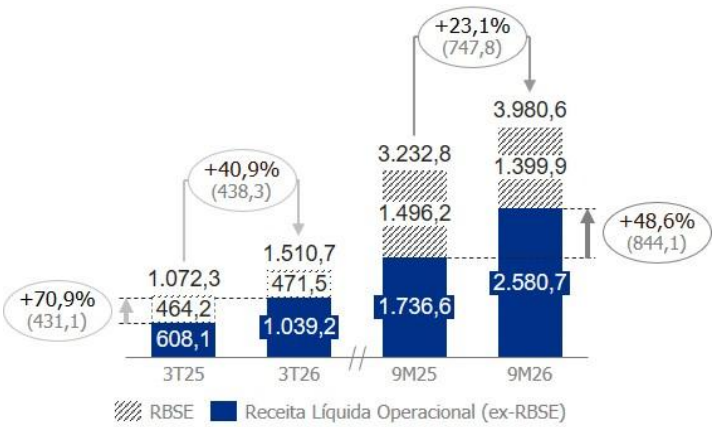
Receita Líquida – 9M26 vs. 9M25
(R$ milhões)



¹ Considera atualização pelo IPCA e Energização de projetos | ² Encargos e tributos à receita

A receita líquida ex-RBSE do 3T26 atingiu R$ 1.039,2 milhões, incremento de R$ 431,1 milhões (+70,9% vs. 3T25). A receita líquida ex-RBSE acumulada nos 9M26 cresceu R$ 844,1 milhões (+48,6%) vs. 9M25.

Receita Líquida
(R$ milhões)



Custos e Despesas Operacionais (PMSO)

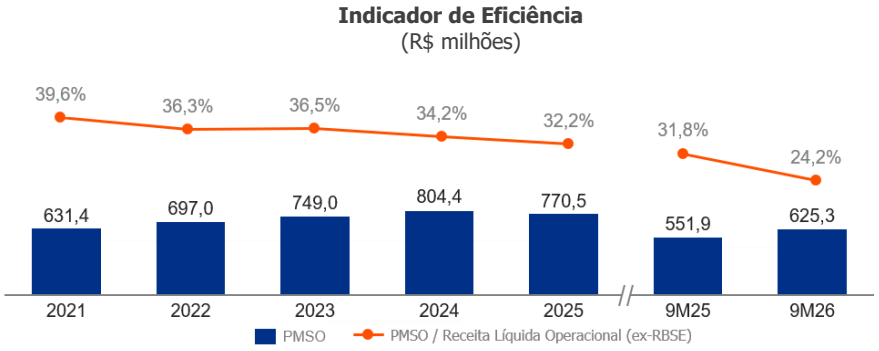
Custos e Despesas de O&M (R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Pessoal	-115,7	-100,5	15,2%	-331,1	-310,5	6,6%
Materiais	-6,3	-5,6	11,2%	-17,2	-16,9	2,2%
Serviços	-66,6	-54,1	23,2%	-174,5	-146,0	19,5%
Outros	-28,4	-25,4	12,1%	-81,4	-72,7	12,0%
PMSO (gerenciável)	**-217,0**	**-185,5**	**17,0%**	**-604,3**	**-546,1**	**10,6%**
Não recorrentes	-16,9	0,0	N.A.	-16,9	0,0	N.A.
Entidade de Previdência Privada	-1,4	-1,9	-29,6%	-4,1	-5,8	-29,6%
PMSO	**-235,3**	**-187,5**	**25,5%**	**-625,2**	**-551,9**	**13,3%**
Contingências	23,6	-0,2	n.a	19,2	-20,8	n.a
Depreciação	-251,0	-167,6	49,8%	-642,6	-591,3	8,7%
Demais custos e despesas	**-227,4**	**-167,8**	**35,5%**	**-623,3**	**-612,2**	**1,8%**
Total	**-462,7**	**-355,2**	**30,2%**	**-1.248,6**	**-1.164,0**	**7,3%**

Seguem os principais eventos que causaram variações no PMSO gerenciável do período:

- **Pessoal**: (i) maiores custos com remunerações, encargos e benefícios, devido ao acordo coletivo 2025/2026; e (ii) consolidação integral da IE Madeira a partir de agosto de 2026. Esses aumentos foram parcialmente compensados por redução das indenizações trabalhistas.
- **Serviços:** maiores despesas com: (i) honorários de êxito advocatício; (ii) limpeza e roçada; e (iii) viagens para treinamentos e suporte às novas operações. O aumento das despesas foi parcialmente compensado por menores gastos associados a treinamentos corporativos.
- **Outros:** aumento de gastos com: (i) IPTU, decorrente principalmente da atualização do valor venal dos imóveis e do reajuste inflacionário; e (ii) renovação de seguros. Esses efeitos foram parcialmente compensados por menor despesa com tributos associados à contratação de serviços estrangeiros.

Além das movimentações do PMSO gerenciável explicadas acima, a Companhia registrou despesas não recorrentes de R$ 15,5 milhões relacionadas ao descruzamento das participações societárias concluído no 3T26. Nesse trimestre, a provisão referente a previdência privada (passivo atuarial estimado em função de benefícios, conforme previsto no CPC33) reduziu R$ 0,6 milhão no trimestre (-29,6% vs. 3T25). Essa variação não possui efeito caixa e é explicada principalmente pelo aumento da taxa de desconto utilizada para apuração do valor presente das obrigações futuras devido ao aumento da NTN-B na reavaliação anual em dezembro de 2025.

O gráfico a seguir mostra a evolução da eficiência operacional da Companhia medida pela relação entre o PMSO e a receita líquida ex-RBSE.



CONTINGÊNCIAS

A Companhia registrou resultado positivo com contingências de R$ 23,6 milhões no 3T26, ante despesa de R$ 0,2 milhão no 3T25. A variação decorre, principalmente, do encerramento de discussão judicial relacionada à indenização da RBNI na renovação do contrato da Concessão Paulista. O acordo celebrado com a AXIA Energia resultou no

pagamento de R$ 32,1 milhões frente à provisão de R$ 63,4 milhões, permitindo a reversão de R$ 31,3 milhões no trimestre.

DEPRECIAÇÃO

A Companhia registrou R$ 251,0 milhões em despesa com depreciação no 3T26, um aumento de 49,8% (R$ 83,4 milhões) sobre a depreciação registrada no 3T25 devido, principalmente, a:

- Reconhecimento de provisão de depreciação referente ao projeto Piraquê, que entrou em operação comercial no 2T26 (+R$ 29,8 milhões);
- Consolidação integral da IE Madeira (ago/26), com impacto de R$ 24,3 milhões na despesa de depreciação contabilizada no 3T26;
- Avanço na unitização de projetos de R&M da Concessão Paulista nos últimos 12 meses (+R$ 18,9 milhões);
- Unitização de ativos de Riacho Grande junto à ANEEL (+R$ 5,3 milhões vs. 3T25).

Com isso, os Custos e Despesas Operacionais totalizaram R$ 462,7 milhões no 3T26 (+30,2% vs. 3T25). No acumulado do 9M26, totalizaram R$ 1.248,6 milhões (+7,3% vs 9M25).

Outras Receitas e Despesas Operacionais

Outras Receitas e Despesas Operacionais (R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Receitas	**1.941,2**	**58,3**	**3231,8%**	**1.957,6**	**68,1**	**2775,3%**
Alienação de bens inservíveis à operação	-2,2	7,9	n.a	2,9	12,9	-77,2%
Atualização de valores de precatórios a receber (terreno SJC)	3,1	12,1	-74,4%	9,0	16,9	-47,0%
Recebimento de indenização de seguros	0,0	4,8	-100,0%	1,9	4,8	-60,4%
Ganho e Remuneração da SE Centro	1,9	33,5	-94,3%	5,5	33,5	-83,7%
Operação de descruzamento de ativos (IE Madeira e IE Garanhuns)	1.938,3	0,0	N.A.	1.938,3	0,0	N.A.
Despesas	**-49,4**	**-55,7**	**-11,4%**	**-152,1**	**-129,6**	**17,3%**
Alienação de bens inservíveis à operação	-0,8	-8,7	-90,8%	-8,3	-14,3	-41,8%
Amortização de mais valia (PBTE e SF Energia)	-12,8	-15,0	-14,3%	-39,2	-43,2	-9,3%
Custo com desativação de bens*	-35,7	-32,0	11,7%	-104,5	-72,1	45,0%
Outros	**-0,7**	**0,0**	**N.A.**	**-1,7**	**1,4**	**N.A.**
Eliminações	**0,0**	**1,3**	**-100,0%**	**0**	**1,3**	**-100,0%**
Total	**1.891,2**	**3,8**	**n.a**	**1.803,9**	**-58,9**	**n.a**

* custos com serviço de desativação, alienação e baixa de ativos

Outras receitas e despesas operacionais totalizaram receita de R$ 1.891,2 milhões no 3T26, ante R$ 3,8 milhões no 3T25, refletindo principalmente a receita de R$ 1.938,3 milhões relacionada ao efeito contábil *one off* do descruzamento de ativos (IE Madeira e IE Garanhuns), conforme tabela abaixo. Entre as demais variações, destacam-se: (i) a redução de R$ 31,6 milhões nos ganhos e remuneração associados à SE Centro homologados pela ANEEL no 3T25; (ii) a redução de R$ 9,0 milhões na atualização de precatórios; (iii) o efeito negativo de R$ 2,2 milhões na alienação de bens inservíveis, decorrente do descasamento temporal entre as baixas contábeis dos ativos e o reconhecimento das respectivas alienações; e (iv) o aumento de R$ 3,7 milhões nos custos com desativação de bens, associado às desmontagens realizadas em projetos de Reforços e Melhorias.

O descruzamento das participações societárias na IE Madeira e na IE Garanhuns gerou um efeito contábil positivo não recorrente e sem impacto no caixa de R$ 1.938,3 milhões ("Efeito Contábil *One Off* (Descruzamento de Ativos)"). Esse efeito é composto por: (i) ganho por compra vantajosa da participação adicional de 49% na IE Madeira (R$ 655,2 milhões); (ii) remensuração a valor justo da participação de 51% anteriormente detida na IE Madeira (R$ 1.211,0 milhões); e (iii) resultado de R$ 72,1 milhões na alienação da participação de 51% na IE Garanhuns, conforme tabela a seguir:

Efeito contábil *one off* (descruzamento de ativos)	
(R$ milhões)	**Regulatório**
Ganho por compra vantajosa	655,2
Remensuração da participação anterior (CPC 15 - item 42)	1.211,0
Resultado na alienação de Garanhuns	72,1
Efeito contábil one off (descruzamento de ativos)	**1.938,3**

EBITDA e MARGEM

EBITDA (R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Receita líquida	1.510,7	1.072,3	40,9%	3.980,3	3.232,8	23,1%
Custos e despesas (ex-depreciação)	-211,7	-187,7	12,8%	-606,0	-572,7	5,8%
Outras despesas e receitas (ex-amortização)	1.891,2	3,8	N.A.	1.803,9	-58,8	N.A.
EBITDA	**3.190,1**	**888,5**	**259,0%**	**5.178,2**	**2.601,3**	**99,1%**
(-) Efeito contábil *one off* (descruzamento de ativos)	-1.938,3	0,0	N.A.	-1.938,3	0,0	N.A.
EBITDA Pró-Forma	**1.251,7**	**888,5**	**40,9%**	**3.239,8**	**2.601,3**	**24,5%**

Além da contabilização do Efeito Contábil *One Off* (Descruzamento de Ativos), a variação é explicada, principalmente, por:

- ▲ Consolidação integral da IE Madeira a partir de agosto de 2026;
- ▲ Entrada em operação de projetos *greenfield* e de reforços e melhorias de grande porte nos últimos 12 meses;
- ▲ Reajuste tarifário para o ciclo 2026/2027;
- ▲ Melhora do indicador de eficiência, com redução da relação PMSO/receita líquida (9M26 vs 9M25), refletindo o crescimento da receita acima das despesas operacionais.

EBITDA (R$ milhões)	Consolidado + Controladas em Conjunto					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Consolidado	**3.190,1**	**888,5**	**259,0%**	**5.178,2**	**2.601,3**	**99,1%**
Controladas em Conjunto	**86,8**	**191,2**	**-54,6%**	**448,5**	**526,7**	**-14,8%**
IE Madeira (51%)[1]	22,8	101,7	-77,6%	191,6	256,8	-25,4%
IE Garanhuns (51%)[1]	4,9	14,0	-65,0%	40,1	46,5	-13,7%
IE Aimorés (50%)	12,5	12,9	-3,2%	38,0	36,7	3,6%
IE Paraguaçu (50%)	19,9	19,5	2,2%	57,8	54,6	5,8%
IE Ivaí (50%)	26,8	43,1	-38,0%	121,0	132,1	-8,4%
Total	**3.276,9**	**1.079,7**	**203,5%**	**5.626,7**	**3.128,0**	**79,9%**

O EBITDA da participação da ISA ENERGIA BRASIL nas empresas controladas em conjunto totalizou R$ 86,8 milhões no 3T26, diminuição de R$ 104,6 milhões (-54,6%) em relação ao 3T25. No acumulado (9M26), o EBITDA da participação da ISA ENERGIA BRASIL nas empresas controladas em conjunto totalizou R$ 448,5 milhões, diminuição de 14,8% vs. 9M25.

Em agosto, após a conclusão do descruzamento de ativos, a IE Madeira passou a ser integralmente consolidada nos resultados, enquanto a IE Garanhuns deixou de integrar os ativos da Companhia. Assim, o resultado da equivalência patrimonial de IE Madeira e IE Garanhuns do 3T26 refere-se exclusivamente ao mês de julho de 2026.

O EBITDA total, considerando o consolidado da ISA ENERGIA BRASIL e sua participação nas controladas em conjunto, foi de R$ 3.276,9 milhões no 3T26 (+203,5% vs. 3T25). Mais detalhes estão disponíveis na seção "Equivalência Patrimonial" deste documento (clique aqui).

[1] O resultado de equivalência patrimonial da IE Madeira e da IE Garanhuns considera os resultados reconhecidos até julho de 2026, em função da conclusão do descruzamento das participações societárias em 31 de julho de 2026.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Receita Financeira	**107,9**	**115,4**	**-6,5%**	**282,4**	**332,3**	**-15,0%**
Rendimento de aplicação financeira	92,5	90,0	2,7%	212,8	243,4	-12,6%
Outras receitas financeiras	15,4	25,4	-39,3%	69,6	88,9	-21,7%
Despesa Financeira	**-456,0**	**-408,6**	**11,6%**	**-1.752,3**	**-1.328,5**	**31,9%**
Juros e encargos sobre empréstimos	-428,5	-336,7	27,2%	-1.207,4	-936,4	28,9%
Variação Monetária	8,5	-54,6	-115,6%	-436,8	-337,7	29,4%
Outras despesas financeiras	-36,1	-17,3	108,8%	-108,1	-54,4	98,6%
Total	**-348,1**	**-293,1**	**18,7%**	**-1.469,9**	**-996,3**	**47,5%**

A Companhia registrou despesa financeira líquida de R$ 348,1 milhões no 3T26, com aumento de R$ 55,0 milhões (+18,7%) em comparação ao 3T25:

- ▲ **Juros e encargos sobre empréstimos**: refletem o maior saldo médio da dívida, que foi impulsionado (i) pelas emissões realizadas para financiar o crescimento da Companhia (20ª, 22ª e 23ª emissões) totalizando R$ 4,5 bilhões; e (ii) pela consolidação das despesas financeiras da IE Madeira. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução do CDI no período (3,38% no 3T26 vs. 3,65% no 3T25) e pela redução de cerca de 80 bps no spread médio das emissões institucionais envolvidas na operação de *liability management* com a 21ª emissão de debêntures no 1T26;
- ▼ **Variação monetária:** A redução da variação monetária deve-se, principalmente, à menor variação do IPCA (-0,09% no 3T26 vs. 0,39% no 3T25), parcialmente compensada pelo aumento da exposição da dívida bruta atrelada ao IPCA (+R$ 3,0 bilhões) em relação ao saldo no 3T25. Para fins contábeis, o resultado do 3T considera a inflação de junho a agosto;
- ▲ **Outras Despesas Financeiras:** O aumento deve-se, principalmente, às despesas financeiras com instrumentos derivativos associados à marcação a mercado da operação de swap, na qual a Companhia possui posição ativa em IPCA e passiva em CDI. No período, a elevação da curva futura de CDI aumentou o valor presente da posição passiva, gerando um impacto negativo no valor justo do derivativo e, consequentemente, maior despesa financeira no trimestre (-R$ 20,5 milhões).

A despesa financeira líquida acumulada nos 9M26 aumentou 47,5% (R$ 473,6 milhões), frente à despesa de R$ 996,3 milhões registrada no 9M25.

Equivalência Patrimonial

Equivalência Patrimonial (R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
IE Madeira (51%)[1]	**10,0**	**61,8**	**-83,9%**	**107,2**	**144,5**	**-25,8%**
IE Garanhuns (51%)[1]	**3,4**	**9,3**	**-63,3%**	**29,6**	**33,2**	**-10,8%**
AIE (50%)	**20,8**	**29,2**	**-29,0%**	**60,3**	**89,2**	**-32,4%**
IE Aimorés	5,8	7,1	-18,5%	18,6	26,5	-29,9%
IE Paraguaçu	8,3	9,0	-8,2%	25,9	38,4	-32,5%
IE Ivaí	6,7	13,1	-48,9%	15,8	24,3	-35,0%
Total	**34,2**	**100,4**	**-66,0%**	**197,2**	**267,0**	**-26,1%**

O resultado da equivalência patrimonial foi R$ 34,2 milhões no 3T26, redução de R$ 66,2 milhões (-66,0%) em relação ao registrado no 3T25, devido, principalmente, ao resultado do descruzamento de ativos com a AXIA Energia. No 9M26, a equivalência patrimonial totalizou R$ 197,2 milhões, redução de 26,1% vs. 9M25. Segue o detalhamento das demais variações:

Aliança Interligação Elétrica ("AIE")

Composta por três empreendimentos em sociedade com a TAESA (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí), a AIE apresentou redução de R$ 8,5 milhões no 3T26 (-29,0% vs. 3T25) explicada, principalmente, por:

- IE Aimorés e IE Paraguaçu: aumento das despesas financeiras sobre debêntures em função do desembolso das dívidas ter ocorrido no final do 2T25, parcialmente compensado pelo reajuste do ciclo tarifário pelo IPCA.
- IE Ivaí: menor resultado operacional devido, principalmente, à constituição de provisão relacionada à PVA da entrada em operação de 2022, após o indeferimento do recurso administrativo apresentado à ANEEL. O efeito foi parcialmente compensado pela (i) menor variação monetária sobre a dívida em razão do IPCA[2] mais baixo no 3T26 e; (ii) pelo reajuste do ciclo tarifário pelo IPCA (ciclo 2026/2027).

Clique aqui para verificar a demonstração de resultado sintética das controladas em conjunto.

[1] O resultado de equivalência patrimonial da IE Madeira e da IE Garanhuns considera os resultados reconhecidos até julho de 2026, em função da conclusão do descruzamento das participações societárias em 31 de julho de 2026 | [2] IPCA: 3T26 -0,09% vs. 3T25 +0,39%.

IRPJ e CSLL

IRPJ | CSLL (R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Corrente	27,4	38,6	-29,1%	-108,1	-45,0	140,1%
Diferido	-739,9	1,2	n.a	-685,7	-46,1	1388,3%
Total	**-712,5**	**39,9**	**n.a**	**-793,8**	**-91,1**	**771,4%**
Taxa efetiva	27,1%	-7,5%	34,7 p.p	24,3%	7,1%	17 p.p

A Companhia registrou despesa de R$ 712,5 milhões com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("IR/CSLL") no 3T26, ante receita de R$ 39,9 milhões no 3T25. No 3T25, a distribuição de R$ 444,7 milhões em "JCP" (Juros sobre Capital Próprio) reduziu a base de cálculo do IRPJ/CSLL. No 3T26, apesar da distribuição de R$ 398,7 milhões em JCP também ter gerado benefício fiscal, esse efeito foi mais do que compensado pelo impacto negativo de R$ 659,0 milhões no imposto diferido sobre o Efeito Contábil *One Off* (Descruzamento de Ativos), conforme tabela abaixo:

IRPJ/CSLL (R$ milhões)	Regulatório
Efeito Contábil One off (descruzamento de ativos)	**1.938,3**
IR/CSLL Corrente – IE Garanhuns	-24,5
IR/CSLL Diferido – IE Madeira (CPC 32)	-634,5
IR/CSLL s/ efeito contábil one off	**-659,0**
Total	**1.279,3**

O resultado acumulado do IRPJ/CSLL Corrente e Diferido foi despesa de R$ 793,8 milhões vs. Despesa de R$ 91,1 milhões no 9M25.

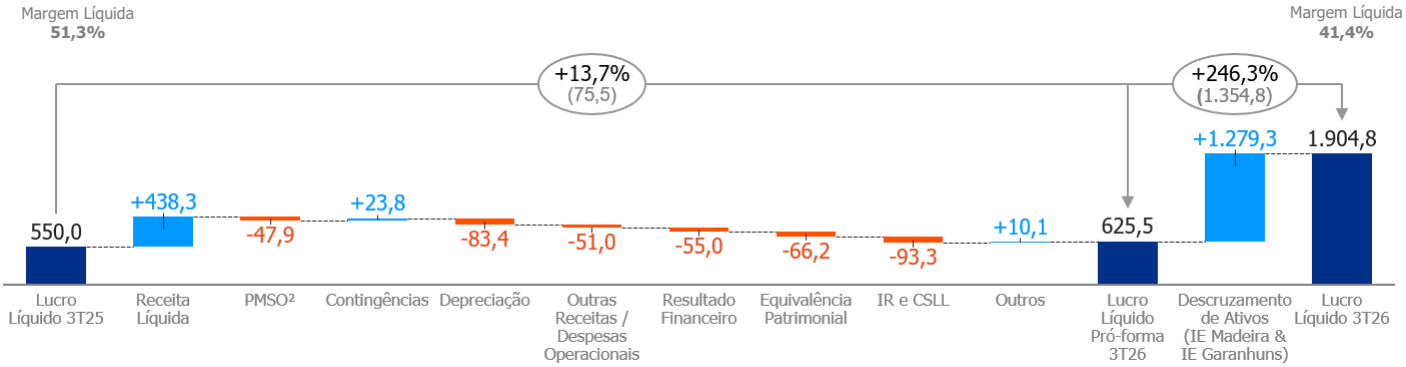
Lucro Líquido[1]

Como resultado das explicações apresentadas, o lucro líquido do trimestre totalizou R$ 1.904,8 milhões, aumento de R$ 1.354,8 milhões (+246,3%) em relação ao 3T25. No acumulado (9M26), o lucro líquido totalizou R$ 2.436,4 milhões.

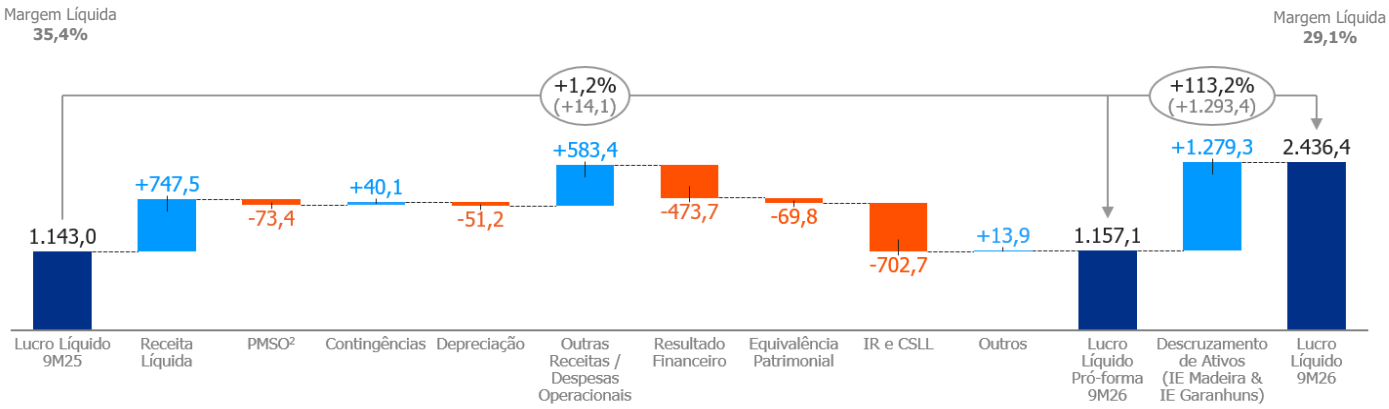
Excluindo o Efeito Contábil *One Off* (Descruzamento de Ativos) líquido de IR/CSLL, o lucro líquido totalizou R$ 625,5 milhões no 3T26, incremento de R$ 75,5 milhões vs 3T25, enquanto no acumulado (9M26), o lucro líquido totalizou R$ 1.157,1 milhões incremento de 1,2%.

Por se tratar de efeito contábil não caixa, o Efeito Contábil *One Off* (Descruzamento de Ativos) será desconsiderado do lucro líquido regulatório utilizado como referência para a prática de distribuição de proventos.

Lucro Líquido[1] 3T26 vs. 3T25
(R$ milhões)



Lucro Líquido[1] 9M26 vs. 9M25
(R$ milhões)



[1] ajustado pela participação do acionista não controlador | [2] Pessoal, material, serviços e outros.

Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

No 3T26, a Companhia registrou lucro líquido de R$ 913,8 milhões na contabilização IFRS, resultado R$ 129,2 milhões maior (+16,4%) que o registrado no 3T25. A Demonstração de Resultados detalhada na contabilidade IFRS está disponível no anexo IX deste documento.

Demonstração de Resultado (IFRS) (R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Receita Operacional Líquida	**2.333,7**	**2.559,0**	**-8,8%**	**7.442,0**	**6.403,9**	**16,2%**
Custos dos Serviços de Implementação da infraestrutura, operação e manutenção e de serviços prestados	-1.272,6	-1.340,5	-5,1%	-3.839,1	-3.831,3	0,2%
Lucro Bruto	**1.061,1**	**1.218,4**	**-12,9%**	**3.602,8**	**2.572,6**	**40,0%**
Receitas e Despesas Operacionais	**325,3**	**61,2**	**431,3%**	**496,4**	**380,8**	**30,4%**
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro	**1.386,4**	**1.279,7**	**8,3%**	**4.099,3**	**2.953,5**	**38,8%**
Resultado Financeiro	**-348,4**	**-293,3**	**18,8%**	**-1.470,7**	**-996,8**	**47,5%**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.038,0**	**986,4**	**5,2%**	**2.628,6**	**1.956,7**	**34,3%**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	**-116,3**	**-183,6**	**-36,7%**	**-384,4**	**-196,9**	**95,2%**
Lucro/Prejuízo Consolidado	**921,7**	**802,8**	**14,8%**	**2.244,2**	**1.759,8**	**27,5%**
Participação do Acionista não Controlador	-7,8	-18,0	-56,4%	-32,7	-46,5	-29,8%
Lucro/Prejuízo	**913,8**	**784,8**	**16,4%**	**2.211,5**	**1.713,2**	**29,1%**

Receita - IFRS 15: No IFRS, as receitas que se referem aos investimentos realizados ao longo da concessão são registradas com o reconhecimento da margem de implementação de infraestrutura e determinação da taxa de desconto do ativo contratual. Além disso, existe a receita de remuneração dos ativos de contrato que é a recomposição do valor a receber pela taxa de desconto ao longo do tempo. No regulatório, a receita reflete a RAP registrada conforme o faturamento no prazo da concessão.

Custos dos investimentos: No IFRS, os custos de implementação de infraestrutura referem-se ao investimento realizado no período de obra, calculados a partir do investimento das aquisições de CAPEX (equipamentos, serviços e mão de obra interna e externa). No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado.

Depreciação: No IFRS, não há depreciação de ativos da concessão, uma vez que estes não são considerados ativo imobilizado, e sim ativo contratual ou financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão. No regulatório, os ativos da concessão são considerados ativo imobilizado e depreciados linearmente considerando sua vida útil.

Equivalência Patrimonial: Os principais efeitos da equivalência patrimonial são reflexo das explicações da receita, custos e depreciação para as empresas controladas em conjunto.

IR/CSLL: No IFRS, o IR/CSLL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/14, de forma que os valores efetivamente tributados consideram a realização do caixa. A Companhia adota o regime de lucro real com estimativa mensal.

Combinação de negócios e alienação de investimentos: Na operação de descruzamento de ativos, os efeitos contábeis diferem entre IFRS e Regulatório em função dos valores pelos quais os investimentos estavam registrados em cada base. Na aquisição de 49% da IE Madeira, a contabilização considera o patrimônio líquido a valor justo da Companhia, com base em laudo de avaliação. No Regulatório, o valor contábil do investimento referente a participação acionária detida de 51% era inferior ao valor justo, resultando no reconhecimento de ganho, enquanto, no IFRS, o valor contábil referente a participação acionária detida de 51% era superior ao valor justo, resultando no reconhecimento de perda.

Na alienação de Garanhuns, a contraprestação recebida, de R$ 462 milhões, foi inferior ao valor do investimento registrado no IFRS, resultando em perda de R$ 187 milhões. No Regulatório, por sua vez, o valor do investimento registrado era inferior à contraprestação recebida, resultando em ganho de R$ 72 milhões.

Segue o cálculo do EBITDA na contabilidade IFRS de acordo com a Resolução CVM 156/22:

(R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
(=) Lucro Líquido IFRS	**913,8**	**784,8**	**16,4%**	**2.211,5**	**1.713,2**	**29,1%**
(+) Particip. do Acionista não controlador	7,8	18,0	-56,4%	32,7	46,5	-29,8%
(+) IRPJ/CSLL	116,3	183,6	-36,7%	384,4	196,9	95,2%
(-) Equivalência Patrimonial	-59,9	-109,5	-45,3%	-359,1	-403,7	-11,0%
(+) Resultado Financeiro	348,4	293,3	18,8%	1.470,7	996,8	47,5%
(+) Depreciação/Amortização	14,9	8,7	71,5%	33,1	25,6	29,0%
(=) EBITDA IFRS	**1.341,5**	**1.178,9**	**13,8%**	**3.773,2**	**2.575,4**	**46,5%**
(+) Equivalência Patrimonial	59,9	109,5	-45,3%	359,1	403,7	-11,0%
(=) EBITDA IFRS CVM 156/2022	**1.401,3**	**1.288,4**	**8,8%**	**4.132,4**	**2.979,1**	**38,7%**

Segue o cálculo do EBITDA na contabilidade Regulatória a partir do EBITDA CVM 156/22:

(R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
EBITDA IFRS (CVM 156/22)	**1.401,3**	**1.288,4**	**8,8%**	**4.132,4**	**2.979,1**	**38,7%**
(-) Receita de implementação da infraestrutura	-1.408,0	-1.516,8	-7,2%	-4.257,5	-4.228,9	0,7%
(-) Remuneração dos ativos de concessão	-726,6	-1.060,8	-31,5%	-2.807,6	-2.003,4	40,1%
(-) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	-20,8	0,1	n.a	-69,4	10,7	n.a
(-) Receita de O&M	-464,0	-294,2	57,7%	-1.170,1	-945,7	23,7%
(+) Receita de uso da rede elétrica	1.710,6	1.239,4	38,0%	4.503,7	3.684,8	22,2%
(+) Outras receitas	0,4	1,1	-59,7%	2,9	5,6	-47,6%
(+) PIS e COFINS diferidos	85,4	144,7	-41,0%	336,3	305,9	10,0%
(+) Custo de implementação da infraestrutura	1.103,9	1.194,7	-7,6%	3.376,5	3.404,8	-0,8%
(-) Custo de O & M	10,6	6,2	70,5%	16,9	18,3	-7,7%
(-) Despesas gerais e administrativas	-1,2	-0,9	31,9%	8,1	6,8	18,5%
(-) Equivalência patrimonial	-25,7	-9,2	180,8%	-161,9	-136,7	18,4%
(-) Outras receitas (despesas) operacionais	1.607,4	-10,5	n.a	1.514,1	-73,5	n.a
EBITDA REGULATÓRIO (CVM 156/22)	**3.224,2**	**988,9**	**226,1%**	**5.375,4**	**2.868,3**	**87,4%**
(-) Equivalência Patrimonial	-34,2	-100,4	-66,0%	-197,2	-267,0	-26,1%
EBITDA REGULATÓRIO	**3.190,1**	**888,5**	**259,0%**	**5.178,2**	**2.601,3**	**99,1%**

ENDIVIDAMENTO

Empréstimos e Financiamentos R$ (milhões)	30/09/2026	31/12/2025	Var (%)
Dívida Bruta[1]	**19.805,4**	**16.007,3**	**23,7%**
Curto Prazo	647,7	604,8	7,1%
Longo Prazo	19.157,7	15.402,6	24,4%
Disponibilidades Consolidadas	**2.968,1**	**2.165,0**	**37,1%**
ISA ENERGIA BRASIL e Controladas	2.787,1	1.879,4	48,3%
Subsidiárias controladas em conjunto[2]	181,0	285,5	-36,6%
Dívida Líquida[3]	**17.018,3**	**14.127,9**	**20,5%**

[1] Considera arrendamentos mercantis (*leasing),* segundo manual de contabilidade do setor elétrico ("MCSE") vigente a partir de janeiro de 2022, que considera adoção do CPC 6 pela ANEEL | [2] Parte dos recursos da Companhia estão em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados de forma segregada pelas subsidiárias controladas 100% e controladas em conjunto (IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí) e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados | [3] Dívida líquida considera disponibilidades ISA ENERGIA BRASIL e subsidiárias controladas 100%.

A dívida bruta da Companhia atingiu R$ 19.805,4 milhões ao final do 3T26, aumento de R$ 3.798,0 milhões (+23,7%) em relação ao saldo final do 4T25. A Companhia também encerrou o 3T26 com o total de R$ 2.968,1 milhões em disponibilidades (+37,1% vs. 31 de dezembro de 2025).

A Companhia realizou as seguintes captações no 9M26:

- 21ª emissão de debêntures (R$ 3,9 bilhões): recursos integralmente utilizados para aquisição facultativa das 9ª, 13ª, 15ª (1ª, 2ª e 3ª série) e 16ª emissões de debêntures (*liability management)*;
- 22ª emissão de debêntures (R$ 1,0 bilhão): emissão incentivada e verde em duas séries com vencimento em 2041 e custo de IPCA + 6,46% a.a.
- 23ª emissão de debêntures (R$ 1,5 bilhão): emissão comum em série única com vencimento em 2030 e custo de CDI + 0,42% a.a.
- 24ª emissão de debêntures (R$ 1,0 bilhão): emissão comum em série única com vencimento em 2030 e custo de CDI + 0,42% a.a. Cabe destacar, conforme previsto na escritura da oferta, o prazo para liquidação se estende até fevereiro de 2027 e, até o presente momento, os recursos não foram desembolsados e, com isso, não compõe o endividamento da Companhia.

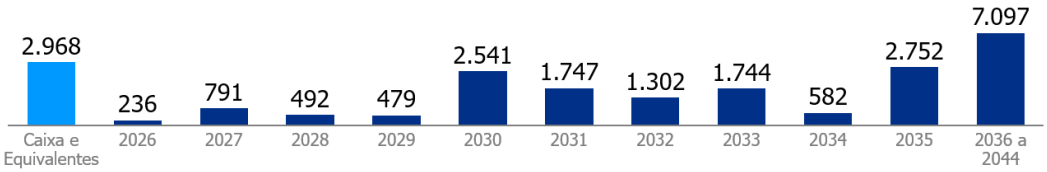
A operação de *liability management* realizada com a 21ª emissão de debêntures no 1T26, aliada às reduções do CDI anualizado (-125 bps vs 2025) e do IPCA acumulado em 12 meses (-24 bps vs 2025), contribuiu para a redução do custo médio nominal das dívidas da Companhia, que era 11,80% a.a. em 30 de setembro de 2026 (vs. 12,36% a.a. em 31 de dezembro de 2025). Considerando o IPCA acumulado (últimos 12 meses), o custo médio real* da dívida era 7,27% em 30 de setembro de 2026, com diminuição de 29 bps (vs. 7,56% em 31 de dezembro de 2025).

O prazo médio da dívida consolidada era 8,0 anos em 30 de setembro de 2026 (vs. 8,2 anos em 31 de dezembro de 2025), com perfil compatível com a natureza do negócio que combina baixo risco com alta previsibilidade de receitas e geração de caixa operacional, características que são destacadas pela Fitch ao reafirmar, em julho de 2026, o *rating* corporativo "triplo A" em escala local com perspectiva estável para a Companhia. Ao excluir as disponibilidades das controladas em conjunto, a dívida líquida da Companhia atingiu R$ 17.018,3 milhões, em 30 de setembro de 2026, aumento de R$ 2.890,4 milhões (+20,5% vs. 31 de dezembro de 2025). O aumento da dívida bruta deve-se principalmente à (i) captação de R$ 2,5 bilhões por meio das 22ª e 23ª emissões de debêntures; (ii) consolidação das dívidas da Interligação Elétrica do Madeira ("IE Madeira") (R$ 0,6 bilhão); e (iii) variação monetária sobre as dívidas. O aumento da dívida líquida foi parcialmente compensado pelos recursos captados na oferta pública primária de ações (*follow-on*) (R$ 1,2 bilhão), dos quais R$ 600 milhões foram destinados ao pagamento da torna para AXIA na conclusão da operação de descruzamento de participações societárias, sendo que os demais R$ 600 milhões serão destinados aos investimentos em reforços e melhorias.

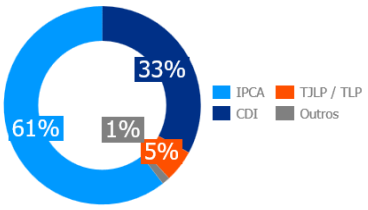
(*) Razão entre (i) Custo médio nominal; e (ii) IPCA últimos 12 meses
[1] CDI 3T25 3,65% - 3T26 3,38%

Cabe destacar que apenas os contratos de financiamento com o BNDES (R$ 649,9 milhões em 30 de setembro de 2026) possuem *covenants* financeiros, que são medidos anualmente pelo índice Dívida Líquida/EBITDA registrado em 31 de dezembro e que tem como limite 3,0x. O índice de alavancagem gerencial, seguindo a metodologia do BNDES, foi de 3,50x em 30 de setembro de 2026, comparado a 3,63x em 31 de dezembro de 2025. Mais detalhes sobre a alavancagem estão no anexo VII deste documento e maiores informações sobre o endividamento estão disponíveis no website da Companhia (clique aqui).

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta
(R$ milhões)



Indexação da Dívida
30/09/2026

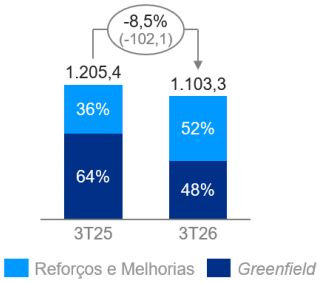


INVESTIMENTOS

Os investimentos da ISA ENERGIA BRASIL, suas empresas controladas e controladas em conjunto totalizaram R$ 1.103,3 milhões no 3T26, redução de R$ 102,1 milhões (-8,5%) em relação ao 3T25, refletindo, principalmente, o menor número de projetos *greenfield* em construção após a energização de Riacho Grande, Jacarandá e Piraquê, concluídas entre outubro de 2025 e junho de 2026.

Em contrapartida, a Companhia ampliou os investimentos em Reforços e Melhorias ("R&M"), que totalizaram R$ 578,5 milhões no 3T26, aumento de 32,1% em relação ao mesmo período de 2025.

Investimento em projetos
(R$ milhões, nominal)

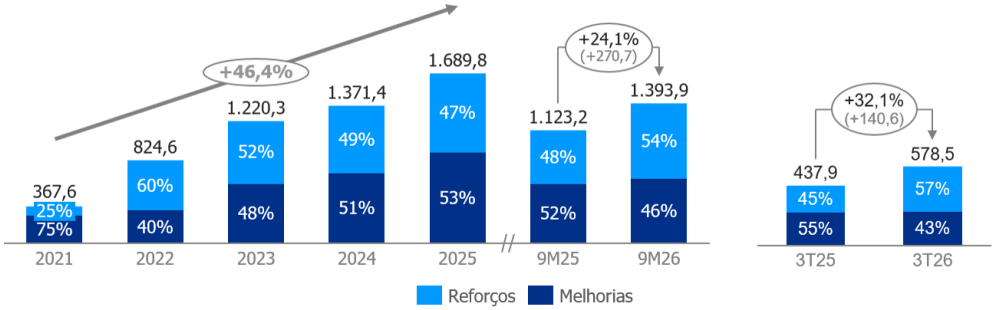


Investimentos em Reforços e Melhorias ("R&M")

Dos R$ 578,5 milhões investidos pela Companhia no 3T26, cerca de 57% foram destinados a projetos de Reforços enquanto 43% aos projetos de Melhorias.

Os investimentos em R&M acumularam R$ 1.393,9 milhões nos 9M26, aumento de 24,1% em relação ao mesmo período de 2025, refletindo a continuidade dos investimentos da Companhia na modernização dos ativos e na confiabilidade do sistema de transmissão. Desse total, cerca de 60% foram destinados a projetos de grande porte e 40% a projetos de pequeno porte. Além de contribuir para a qualidade da prestação do serviço, a renovação dos ativos favorece ganhos de eficiência operacional e a otimização dos custos de Operação e Manutenção ("O&M").

Histórico do investimento em R&M
(R$ milhões, nominal)

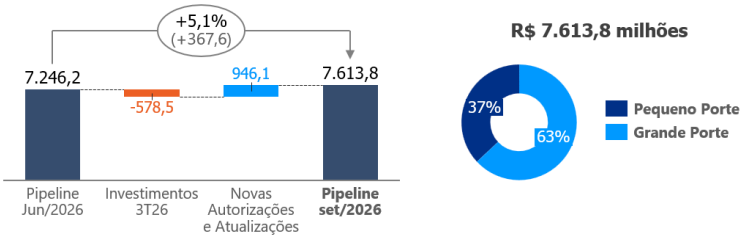


Em relação à energização dos projetos, nos primeiros nove meses de 2026, foram energizados cerca de R$ 947 milhões em investimentos, dos quais 16% correspondem a projetos de grande porte e 84% a projetos de pequeno porte.

Para projetos de pequeno porte, a habilitação da receita ocorre na RTP subsequente à energização, com efeitos retroativos à respectiva data de entrada em operação. Já para projetos de grande porte, a receita é previamente definida por Resolução Autorizativa (ReA) e passa a ser recebida a partir da entrada em operação.

Quanto ao planejamento de investimentos, ao fim do 3T26, a carteira autorizada da Companhia totalizava R$ 7,6 bilhões, 5,1% superior ao registrado ao fim do 2T26 devido à (i) novas autorizações da ANEEL; (ii) atualizações dos custos dos projetos; e (iii) correção monetária pelo IPCA, parcialmente compensadas pelos investimentos realizados ao longo do trimestre.

Investimento autorizado para projetos de R&M
(R$ milhões, termos reais em set/2026)

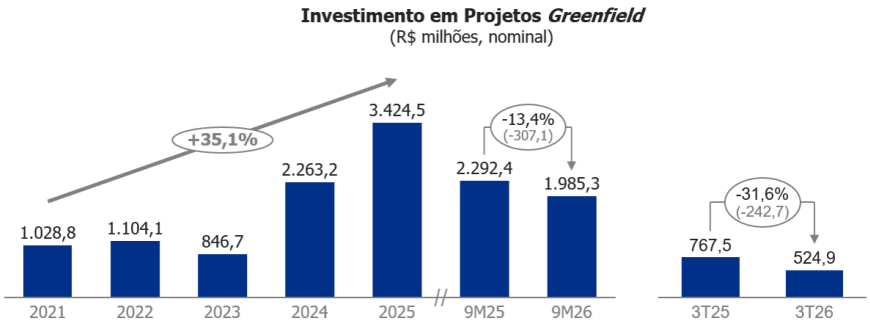


Investimentos em Projetos *Greenfield*

A Companhia investiu R$ 524,9 milhões em projetos licitados no 3T26, redução de 31,6% em relação ao 3T25, refletindo a menor quantidade de projetos *greenfield* em execução. Com a energização do projeto Jacarandá e do bloco 3 do projeto Piraquê, em abril e junho de 2026, respectivamente, a Companhia segue com o planejamento e execução dos projetos Serra Dourada e Itatiaia, que possuem RAP ciclo 2026/2027 total de R$ 596,9 milhões e cerca de R$ 4,1 bilhões em CAPEX remanescente.

Do total investido no trimestre, R$ 466,4 milhões foram destinados ao projeto Serra Dourada, que atingiu 64% de avanço físico (+15 p.p. vs. 2T26), e R$ 54,0 milhões ao projeto Itatiaia, que alcançou 35% (+2 p.p. vs. 2T26).

Dessa forma, os investimentos em projetos *greenfield* totalizaram R$ 1.985,3 milhões no 9M26, uma redução de R$ 307,1 milhões (-13,4%) em relação ao 9M25.



Segue tabela com informações dos projetos em construção:

Leilões	Projetos	Situação Atual	Contrato	Empresa	UF	RAP ISA ENERGIA BRASIL Ciclo 26/27 (R$ milhões)	Início das Obras	Prazo ANEEL	Avanço Físico[1]	CapEx Total do Projeto (R$ milhões, em termos reais, data-base set/26)	
										Total ANEEL	Total Realizado ISA ENERGIA BRASIL
001/2023 (jun/2023)	Serra Dourada (Lote 1)	Em construção	006/2023	ISA ENERGIA BRASIL	BA/MG	337,0	3T25	mar-29	64%	3.752,6	2.309,9
	Itatiaia (Lote 7)	Licenciamento Ambiental	012/2023	ISA ENERGIA BRASIL	RJ/MG	260	-	mar-29	35%	2.734,8	603,4
Total (2)						**596,9**				**6.487,4**	**2.913,3**

[1]Avanço do Projeto: evolução de todas as atividades relativas ao empreendimento até sua energização.

Mais informações sobre os projetos *greenfield* estão disponíveis no website da Companhia e você pode acessar clicando aqui.

MERCADO DE CAPITAIS

Composição Acionária

Controlada pela ISA, empresa multilatina que atua nos setores de energia elétrica, rodovias e telecomunicações, em 30 de setembro de 2026, 66,5% das ações de emissão da Companhia encontravam-se em circulação (*free float*).

Acionistas	ISAE3 (ON)		ISAE4 (PN)		Total (ON+PN)	
	Qtd Ações	%	Qtd Ações	%	Qtd Ações	%
ISA Capital do Brasil S.A	230.856.832	96,93%	5.144.528	1,11%	236.001.360	33,55%
Administração	-	-	-	-	-	-
Ações em Circulação (Free Float)	7.313.172	3,07%	460.013.216	98,89%	467.326.388	66,45%
AXIA Energia	5.340.330	2,24%	130.937.325	28,15%	136.277.655	19,38%
Outros	1.972.842	0,83%	329.075.891	70,75%	331.048.733	47,07%
Total	238.170.004	100,00%	465.157.744	100,00%	703.327.748	100,00%

Data base: 30/09/2026.

Desempenho das Ações

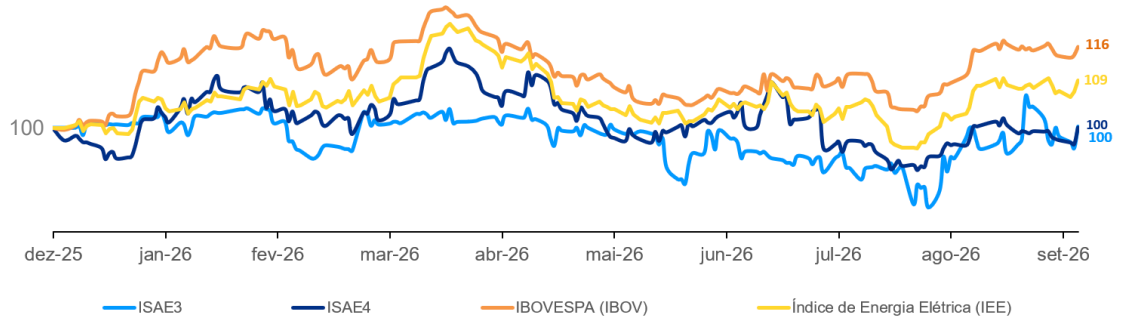
As ações ordinárias ("ISAE3") e preferenciais ("ISAE4") da ISA ENERGIA BRASIL encerraram o 3T26 cotadas, respectivamente, a R$ 34,08 (+2,3% vs. preço de fechamento do 2T26) e R$ 27,59 (-1,8% vs. preço de fechamento do 2T26). Neste mesmo período, o Índice de Energia Elétrica ("IEE") e o Ibovespa ("IBOV") apresentaram valorizações de 4,3% e 8,3%, respectivamente. A Companhia encerrou o 3T26 com valor de mercado de R$ 21,0 bilhões e, o volume financeiro médio diário negociado ("ADTV"[2]) da ISAE4 no trimestre foi de R$ 104,2 milhões (+27,6% vs. 2T26).

Mercado de Capitais	3T26	3T25	2T26	9M26	9M25
	703.327.748	658.882.604	658.882.604	703.327.748	658.882.604
Valor de Mercado[1] (R$ bilhões)	21,0	18,0	20,3	21,0	18,0
ISAE3					
Volume médio/dia (mil ações)	3,3	2,2	2,9	3,2	2,9
Volume financeiro médio/dia - ADTV[2] (R$ mil)	104	69	99	107	91
Cotação Média (R$)	32,22	30,79	33,78	33,33	31,28
Preço de fechamento (R$)	34,08	31,32	33,30	34,08	31,32
ISAE4					
Volume médio/dia (mil ações)	3.834	1.855	2.794	3.032	2.238
Volume financeiro médio/dia - ADTV[2] (R$ mil)	104.194	42.450	81.681	85.329	51.709
Cotação Média (R$)	27,20	22,76	28,76	28,01	23,02
Preço de fechamento (R$)	27,59	24,67	28,11	27,59	24,67

[1] calculado a partir do preço de fechamento das ações no período | [2] volume diário médio de negociações diárias (ADTV)

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia integrava 21 índices com destaque para o Ibovespa, IEE, Índice de Governança Corporativa ("IGC"), Índice de Dividendos ("IDIV") e Índice de Sustentabilidade Empresarial ("ISE"). No 3T26 as ações ISAE4 também passaram a integrar o universo MSCI como *Small Cap* nos índices MSCI Emerging Markets Small Cap, MSCI Emerging Markets IMI e MSCI ACWI IMI, ampliando sua presença em benchmarks globais e o universo potencial de investidores passivos, quantitativos e ativos de mercados emergentes.

Evolução ISAE3 x ISAE4 x Ibovespa x IEE – 2026
(base 100)



IBOVESPA B3 IBRA B3 IDIV B3 IEE B3 IGC B3 IGCT B3 MLCX B3 UTIL B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IBSD B3
IDIVERSA B3 ISE B3 IBBR B3 IBEP B3 IBEW B3 IBLV B3 IBBE B3 IBBC B3

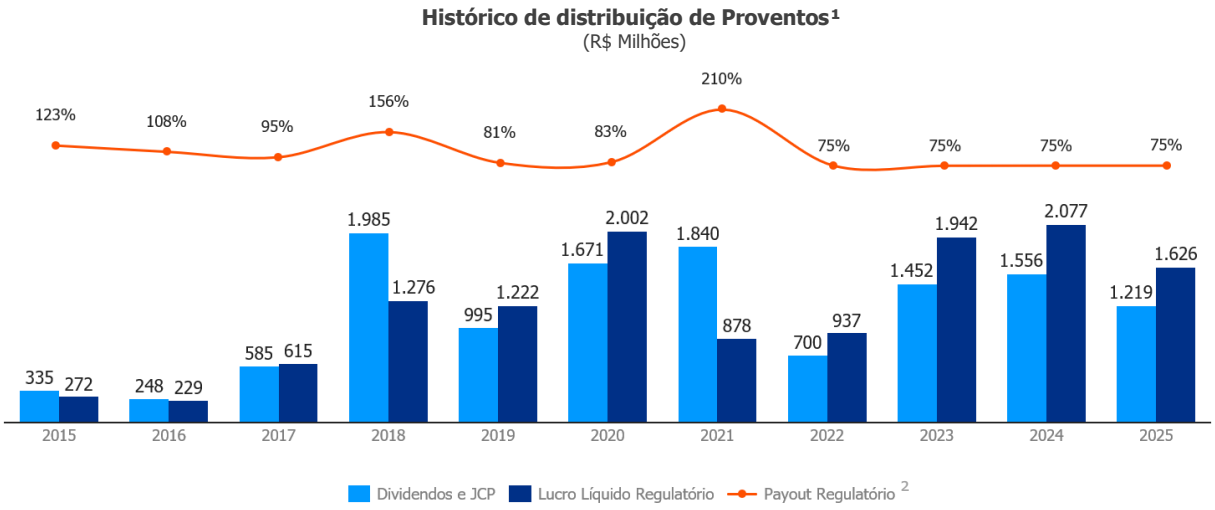
Proventos

Previsão estatutária: O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício (IFRS).

Prática de proventos: a ISA ENERGIA BRASIL adota como prática a distribuição de proventos de, no mínimo, 75% do lucro líquido regulatório (utilizado como *proxy* da geração de caixa), sujeita à aprovação em Assembleia, com a possibilidade de pagamento de dividendos intercalares, sempre garantindo que o provento seja igual ou superior ao mínimo obrigatório. Cabe destacar que a base de cálculo para os proventos de 2026 será o Lucro Líquido Regulatório pró-forma, que desconsidera o Efeito Contábil *One Off* (Descruzamento de Ativos) e foi de R$ 625,5 milhões no 3T26 e R$ 1.157,1 milhões no resultado acumulado do 9M26.

Em 29 de setembro de 2026, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de JCP, referentes ao resultado do 1º semestre de 2026, no valor total de R$ 398,7 milhões, correspondente a R$ 0,566877 por ação de ambas as espécies. A distribuição do valor do JCP líquido do imposto de renda na fonte foi dividida em três pagamentos, sendo cada um deles com suas respectivas datas base e "ex-direito".

Tipo de Provento	Data de Deliberação	Base de Distribuição	Data			Volume (R$ milhões)	R$ / Ação
			Base	Ex-Direito	Pagamento		
Juros Sobre Capital Próprio ("JCP")	29-set-26	Resultado do Exercício Social de 2026	8-out-26	9-out-26	7-dez-26	132,9	0,188959
			9-nov-26	10-nov-26	7-dez-26	132,9	0,188959
			25-nov-26	26-nov-26	7-dez-26	132,9	0,188959
						398,7	**0,566877**



¹ Disposição de proventos regime competência, conforme exercício social base de distribuição | ² Prática de distribuir no mínimo 75% do lucro líquido regulatório

SUSTENTABILIDADE

Os dados e indicadores apresentados referem-se à ISA ENERGIA BRASIL e suas subsidiárias de participação integral, salvo indicação em nota de rodapé. A gestão dessas informações é supervisionada e revisada pelo Conselho de Administração, por meio do Comitê Ambiental, Social e Governança Corporativa ("ASG").

Saiba mais sobre os compromissos de sustentabilidade no site da Companhia.

Destaques do Período

RECONHECIMENTO ENTRE AS MELHORES EMPRESAS DO BRASIL

A presença da ISA ENERGIA BRASIL no ranking Melhores & Maiores, da Revista Exame, reforça seu destaque em uma das mais tradicionais avaliações do ambiente empresarial brasileiro. A classificação reúne indicadores financeiros e operacionais, aspectos de governança e gestão, refletindo a solidez do negócio e a consistência de seus resultados. O desempenho traduz a capacidade de combinar crescimento sustentável, eficiência operacional e geração de valor para os stakeholders.

RECONHECIMENTO ETHOS

A ISA ENERGIA BRASIL está entre as 14 empresas mais engajadas do Instituto Ethos, sendo reconhecida por sua atuação nas agendas de ética, integridade, transparência e sustentabilidade empresarial. A distinção sinaliza a maturidade de sua governança e a condução responsável dos negócios, com efeitos positivos sobre a confiança dos *stakeholders*, a gestão de riscos e a criação de valor no longo prazo.

USP DIVERSA: DESENVOLVIMENTO DE TALENTOS PARA O SETOR ELÉTRICO

No terceiro ano consecutivo de parceria com o USP Diversa, a ISA ENERGIA BRASIL ampliou de 20 para 25 as bolsas destinadas a estudantes de engenharia em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O apoio vai além do auxílio financeiro: inclui mentoria, orientação de carreira e ações de desenvolvimento profissional. A iniciativa abre caminhos para novos talentos, amplia a diversidade no setor elétrico e contribui para formar profissionais preparados para os desafios da transição energética e da inovação.

GESTÃO CLIMÁTICA E DESCARBONIZAÇÃO

Pelo sétimo ano consecutivo, a ISA ENERGIA BRASIL recebeu o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, principal reconhecimento nacional pela gestão e pelo reporte de emissões de gases de efeito estufa. Em 2025, a Companhia ampliou o monitoramento de sua cadeia de valor e acumulou redução de 27% nas emissões de SF_6 em quatro anos. Esses avanços demonstram a evolução da estratégia climática e sustentam a trajetória assumida para alcançar o Net Zero até 2050.

TROFÉU TRANSPARÊNCIA 2026

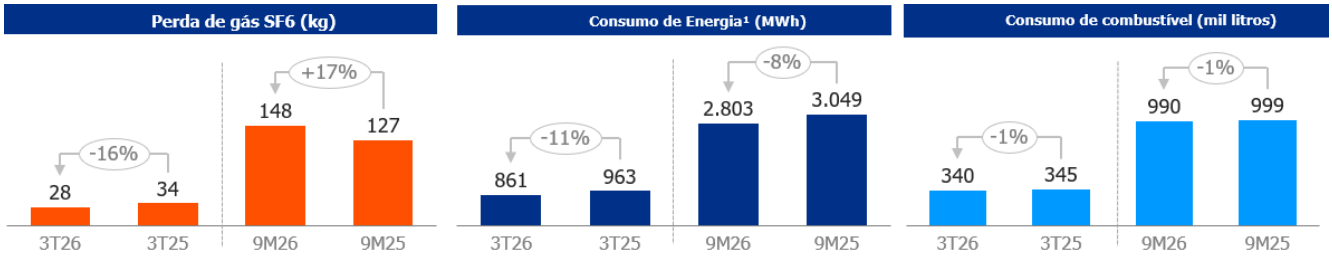
A ISA ENERGIA BRASIL conquistou o Troféu Transparência 2026, promovido pela ANEFAC, na categoria de empresas com receita líquida entre R$ 5 bilhões e R$ 20 bilhões. O reconhecimento destaca a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras da Companhia, considerando o detalhamento das notas explicativas, a aderência às normas contábeis e a divulgação voluntária de informações relevantes, reforçando seu compromisso com a transparência e a governança corporativa.

Indicadores de Sustentabilidade

Desempenho das Fontes de Emissão de CO2

No 3T26, a ISA ENERGIA BRASIL manteve o foco na gestão de suas emissões operacionais e na eficiência dos ativos. As perdas de SF_6 apresentaram redução de 16% em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo a efetividade das ações de monitoramento, inspeção e manutenção. No acumulado do ano, o indicador ainda registra aumento de 17%, influenciado principalmente por vazamentos pontuais de gás SF_6 em alguns ativos no 2T26, para os quais foram adotadas medidas corretivas e preventivas.
A Companhia também registrou redução de 11% no consumo de energia elétrica no trimestre e de 8% no acumulado de nove meses, resultado de ajustes no perímetro operacional após a transferência da IE EVRECY, combinados com esforços contínuos de gestão energética. O consumo de combustíveis apresentou redução de 1% tanto no trimestre quanto no acumulado do ano, refletindo ações de otimização da frota e de equipamentos estacionários.

Esses resultados reforçam o compromisso da ISA ENERGIA BRASIL com a eficiência operacional, a mitigação dos impactos ambientais e a execução de sua estratégia de descarbonização, alinhada à trajetória Net Zero.



[1] considera o consumo de energia proveniente exclusivamente da concessionária.

Saúde e Segurança do Trabalho ("SST")

No 3T26, a ISA ENERGIA BRASIL fortaleceu sua agenda SST por meio da ampliação das ações de monitoramento, fiscalização e engajamento das empresas contratadas. Ao longo do período, foram reforçados os mecanismos de identificação e tratamento de desvios, o acompanhamento de temas críticos e o compartilhamento de melhores práticas de segurança, com foco na prevenção de ocorrências e no aprimoramento contínuo dos controles operacionais.

Adicionalmente, a Companhia promoveu iniciativas de conscientização e engajamento voltadas à segurança, fortalecendo o protagonismo das lideranças e a disseminação de comportamentos seguros em toda a organização.

Categoria / Colaboradores	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Acidentes sem afastamento						
Próprios	0	1	-1,0	1	3	-0,7
Terceiros	10	5	1,0	23	16	0,4
Total	**10**	**6**	**0,7**	**24**	**19**	**0,3**
Acidentes com Afastamento						
Próprios	2	0	N.A.	2	0	N.A.
Terceiros	2	5	-0,6	4	10	-0,6
Total	**4**	**5**	**-0**	**6**	**10**	**-0,4**
Acidentes com óbitos						
Próprios	0	0	N.A.	0	0	N.A.
Terceiros	0	1	-1,0	0	1	-1,0
Total	**0**	**1**	**-1**	**0**	**1**	**-1,0**
Taxa de frequência de acidentes						
Próprios	2,4	1,2	1,0	1,2	1,3	-0,0
Terceiros	2,3	1,9	0,2	1,6	1,6	-0,0

Essas iniciativas contribuem para o fortalecimento da governança em SST, a mitigação de riscos operacionais e a consolidação de uma cultura de segurança alinhada à execução segura e sustentável das atividades da Companhia.

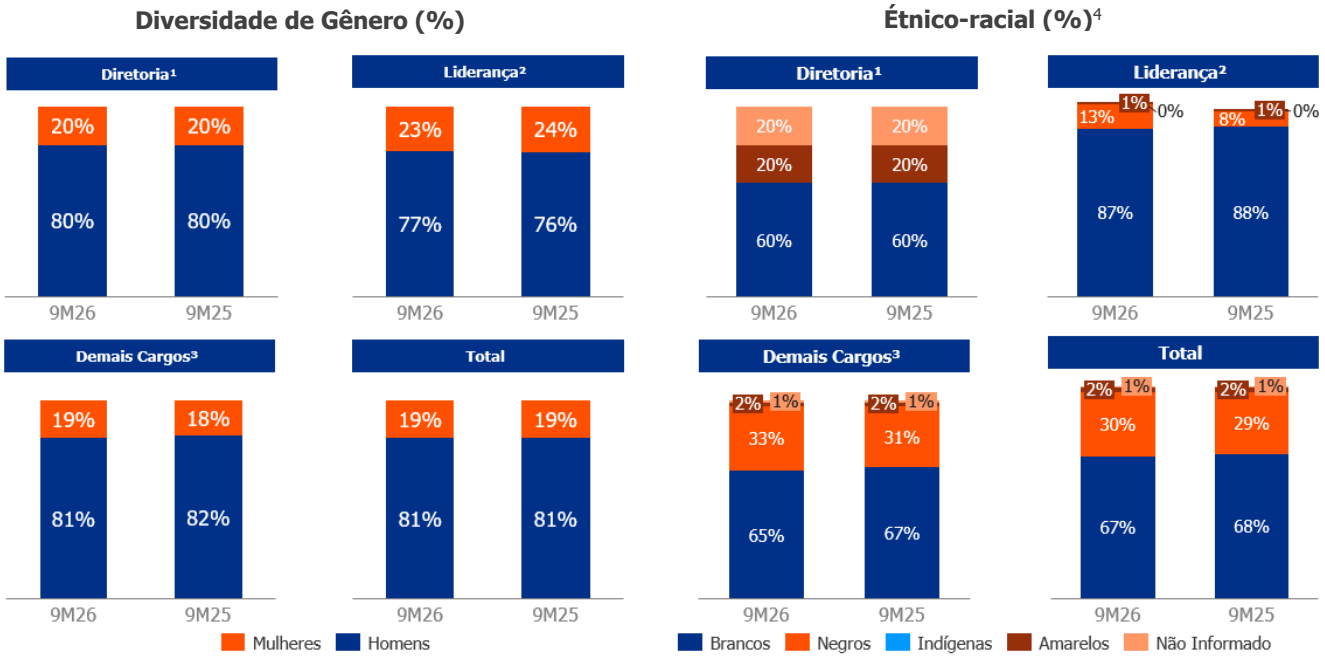
Diversidade

O Programa de Diversidade, Equidade, Inclusão e Pertencimento da ISA ENERGIA BRASIL manteve sua atuação estratégica no 3T26 com foco no desenvolvimento de talentos diversos, no fortalecimento da liderança inclusiva e na promoção de uma cultura de pertencimento, integrada à estratégia de gestão de pessoas da Companhia.

No período, destacaram-se a continuidade dos programas Empodera Talentos e Impulsiona Talentos, voltados ao desenvolvimento e aceleração de carreira de mulheres, além da realização do *workshop* Diálogo Inclusivo, que promoveu reflexões sobre vieses inconscientes e seus impactos nas relações e na tomada de decisão. A Companhia também realizou ações de sensibilização com lideranças sobre inclusão de pessoas com deficiência, reforçando o compromisso com ambientes cada vez mais acessíveis, diversos e acolhedores.

Os Grupos de Afinidade seguiram apoiando a governança do programa e o avanço das agendas prioritárias de diversidade, equidade, inclusão e pertencimento, contribuindo para o engajamento das pessoas e para o fortalecimento da cultura organizacional.

Essas iniciativas contribuem para a atração, o desenvolvimento e a retenção de talentos, fortalecem a marca empregadora e apoiam a geração de valor sustentável para o negócio.

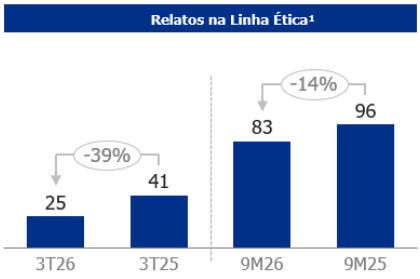


Os indicadores de diversidade consideram o total de colaboradores no último dia de cada período.

[1] Diretores estatutários e Presidente.
[2] Diretores empregados, Gerentes e Coordenadores.
[3] Especialistas e demais cargos, exceto Conselheiros, Aprendizes e Estagiários.
[4] As informações étnico-raciais são feitas de acordo com as classificações do IBGE.

Comportamento ético

No 3T26, a ISA ENERGIA BRASIL registrou 25 denúncias na Linha Ética, representando redução de 39% em relação ao 3T25. O site permaneceu como principal canal de recebimento, concentrando 72% dos registros, enquanto 56% das denúncias foram realizadas de forma anônima, reforçando a confiança nos canais disponíveis.



Das denúncias recebidas, 22 foram concluídas no período, sendo a maioria classificada como fora do escopo ou não procedente, após análise e direcionamento às áreas responsáveis. No trimestre, dois casos foram confirmados, ambos relacionados ao descumprimento de leis, normas e procedimentos.

Todas as ocorrências confirmadas foram avaliadas pelo Comitê de Ética, reportadas ao Comitê de Auditoria e Riscos e tratadas em conformidade com as políticas internas, resultando na adoção de medidas disciplinares e ações preventivas voltadas ao fortalecimento dos controles e à prevenção de recorrências.

Não foram registradas denúncias relacionadas a corrupção, suborno ou lavagem de dinheiro, nem processos judiciais associados a esses temas. Os resultados do período reforçam a importância da contínua promoção da cultura ética, da conformidade e da utilização adequada dos canais de integridade como instrumentos de prevenção, detecção e tratamento de potenciais desvios de conduta.

[1] São consideradas denúncias confirmadas aquelas analisadas e entendidas como verdadeiras.

Conformidade Ambiental

A Companhia não registrou multas significativas por não conformidade ambiental no período, tendo recebido autuações relacionadas à suposta utilização de recursos hídricos em desacordo com a outorga e à emissão de níveis de pressão sonora em desconformidade com a legislação. A empresa apresentou defesa e requereu o cancelamento das multas. Não foram recebidas sanções não monetárias.

* Multa significativa: Sanções por não conformidade ambiental (valor superior a US$10 mil).

EVENTOS SUBSEQUENTES

Alienação de participação relevante

Em 9 de outubro de 2026, a Companhia recebeu correspondência da AXIA Energia S.A. ("AXIA Energia") informando que passou a deter o total de 5.340.330 ações ordinárias ("ISAE3") e 115.202.535 ações preferenciais ("ISAE4") de emissão da ISA ENERGIA BRASIL, em decorrência de alienações de ações preferenciais (PN). Esses montantes representam, respectivamente, cerca de 2,24% e 24,77% do total de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia e, juntos, correspondem a 17,14% do seu capital social.

A AXIA Energia declara que não participa de qualquer contrato ou acordo que regule o exercício de direitos de voto sobre os valores mobiliários da ISA Energia. Informa, ainda, que sua participação societária tem caráter exclusivamente de investimento, não objetivando alteração do controle acionário ou da estrutura administrativa da Companhia. Clique aqui para acessar o comunicado ao mercado na íntegra.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Revisão Tarifária Periódica (RTP) - Contratos Licitados

RTP Licitadas 2026

Em junho de 2026, foi publicada a Nota Técnica 90/2026 STR-ANEEL (clique aqui), a qual reposicionou a RAP dos contratos dos empreendimentos licitados com RTP prevista para o ciclo tarifário em julho de 2026, entre eles: 005/2021 (IE Riacho Grande).

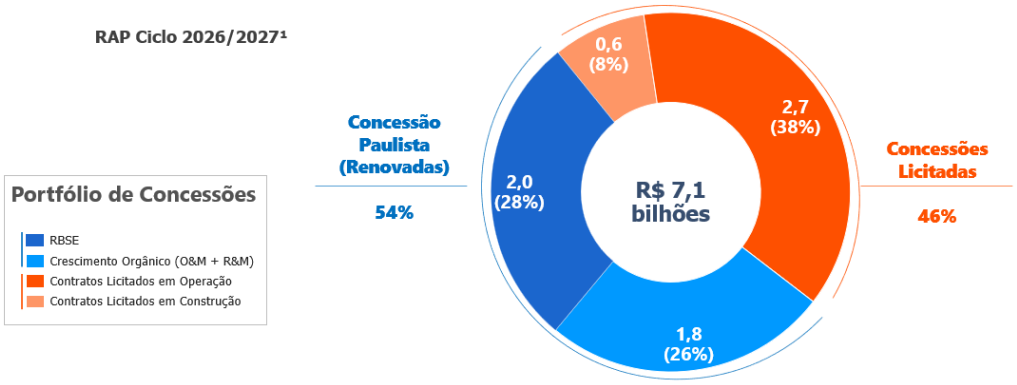
O índice de reposicionamento econômico real foi de +5,27%, com impacto positivo de R$ 4,9 milhões em valor absoluto. Considerando o IPCA do período de 4,72%, o índice de reposicionamento nominal foi de 10,25%:

RTP 2026 Licitadas								
Empresa	Particip. ISA ENERGIA BRASIL (%)	Contrato	RAP (R$ milhões, sem PA)			Índice Reposicionamento		Impacto na RAP (A x B) (R$ milhões)
			Vigente (Jun/25) (A)	Revisada (jun/26)	Var (R$)	Nominal	Real (B)	
IE Riacho Grande	100%	005/2021	93,1	102,7	9,5	10,25%	5,27%	4,91
Total			93	103	10	10,25%	5,27%	4,91
Total Particp. ISA ENERGIA BRASIL			93,1	102,7	9,5	10,25%	5,27%	4,91

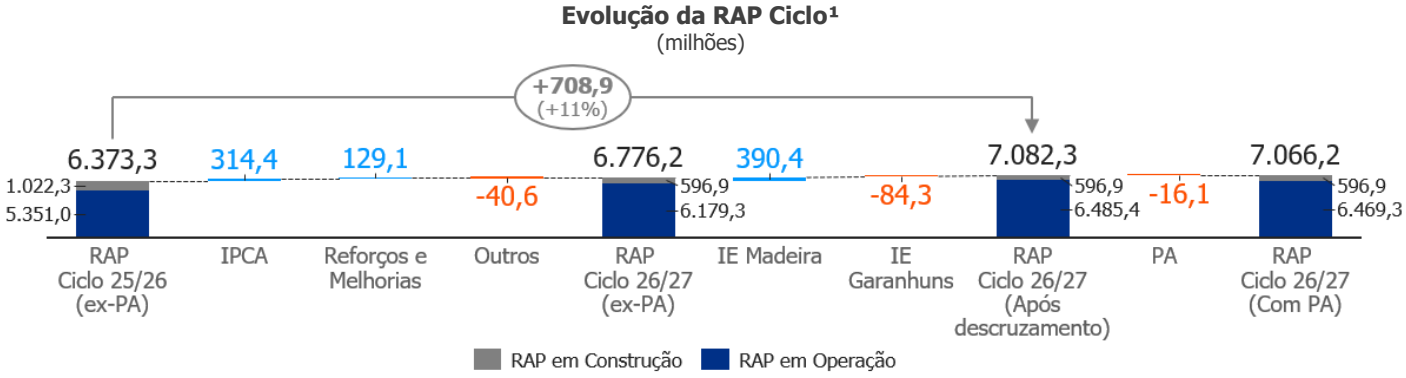
RAP Ciclo 2026/2027

Em 22 de junho de 2026 foi publicado o Despacho nº 2.268 (clique aqui), que estabeleceu a RAP da ISA ENERGIA BRASIL e suas empresas controladas e controladas em conjunto pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o Ciclo Tarifário de 12 meses compreendendo o período de 01 de julho de 2026 a 30 de junho de 2027 (ciclo 2026/2027). De acordo com o Despacho, a RAP[1] e os valores correspondentes às PAs do Consolidado e empresas controladas em conjunto, líquida de PIS/COFINS passou a ser de R$ 6.773 milhões, ponderado pela participação da ISA ENERGIA BRASIL nas empresas controladas em conjunto (data base junho de 2026). Excluindo os valores correspondentes às PAs, a RAP consolidada do ciclo seria de R$ 6.776 milhões, antes do descruzamento de ativos com a AXIA Energia.

Após o descruzamento de ativos, concluído em 31 de julho de 2026, a RAP ciclo desconsiderando a PA totalizou R$ 7.082,3 milhões. Deste montante, 53,7% representam a RAP do contrato renovado Concessão Paulista, incluindo R&M, RBSE e a parcela de O&M do contrato. Além disso, 46,3% da RAP refere-se a contratos licitados provenientes de leilões de transmissão ou aquisições realizadas pela Companhia, sendo (i) 37,8% de empreendimentos em operação, ou seja, com RAP ativa e; (ii) 8,4% de empreendimentos em construção, que adicionarão remuneração à Companhia quando concluídos.



¹ Receita Anual Permitida ("RAP") ciclo 2026/2027 | ² Operação e Manutenção + Reforços e Melhorias



¹ considera valores estabelecidos no momento da publicação das respectivas Resoluções Homologatórias da RAP dos ciclos tarifários.

A RAP do ciclo 2026/2027 cresceu R$ 708,9 milhões (+11,1%) em relação ao ciclo tarifário anterior (25/26). Os principais motivos dessa variação são:

- ▲ consolidação da RAP integral da IE Madeira (+R$ 390,4 milhões);
- ▲ atualização da RAP pela inflação para o ciclo 2026/2027 (+R$ 314,4 milhões);
- ▲ novos projetos de R&M que entraram em operação no último ciclo (+R$ 129,1 milhões);
- ▼ venda da participação na IE Garanhuns em julho de 2026 (-R$ 84,3 milhões).

Além disso, a resolução também definiu valores das PAs a serem compensadas no mesmo período para tratar eventuais ajustes financeiros. O valor total da PA, considerando o total Consolidado e o montante proporcional à participação da Companhia nas empresas controladas em conjunto, variou R$ 16,1 milhões para o ciclo 2026/2027.

Segue abaixo quadro resumo da RAP ciclo 2026/2027. Os valores são líquidos de PIS e COFINS, incluem encargos regulatórios P&D, TFSE e RGR e excluem os encargos CDE e PROINFA.

Controladora

Concessionária	Contrato	Projeto	índice	RAP Ciclo 25/26 REH 3.348	Inflação	R&M	RTP	Outros[1]	RAP Ciclo 26/27 DSP 2268	PA Total	RAP Ciclo 26/27 com PA	RAP Ciclo 25/26	Var % ex-PA
ISA ENERGIA BRASIL	059/2001	O&M	IPCA	835	40	63	0	-16	921		984	835	10,4%
		R&M		813	38	60	0	-15	897	63	897	813	10,2%
		RBSE		1.899	90	0	0	-0	1.989		1.989	1.899	4,7%
	012/2016	PBTE	IPCA	235	11	0	0	0	246	-8	237	235	4,7%
	002/2022	Piraquê	IPCA	343	16	0	0	0	359,3	-4	355	343	4,7%
Total Controladora Operacional				**4.125**	**195**	**123**	**0**	**-31**	**4.412**	**50**	**4.462**	**4.125**	**7%**

Subsidiárias Controladas

Concessionária	Contrato	Projeto	índice	RAP Ciclo 25/26 REH 3.348	Inflação	R&M	RTP	Outros[2]	RAP Ciclo 26/27 DSP 2268	PA Total	RAP Ciclo 26/27 com PA	RAP Ciclo 25/26	Var % ex-PA
Subsidiárias (100%) em operação				**1.263**	**77**	**6**	**5**	**-1**	**1.723**	**-54**	**1.669**	**1.263**	**36%**
IE Aguapeí	046/2017	Aguapeí	IPCA	83	4	0	0	0	87	-3	84	83	5%
IE Itaúnas	018/2017	Itaúnas	IPCA	72	3	3	0	0	79	2	81	72	10%
IE Itaquerê	027/2017	Itaquerê	IPCA	71	3	0	0	0	74	-2	72	71	5%
IEMG	004/2007	IEMG	IPCA	15	1	0	0	0	16	-1	15	15	5%
	007/2020	Triângulo Mineiro[3]	IPCA	46	2	3	0	0	51	1	52	46	10%
IENNE	001/2008	IENNE	IPCA	71	3	0	0	0	75	-2	73	71	5%
IE Japi	026/2009	Serra do Japi	IPCA	62	3	0	0	0	65	-1	64	62	5%
IE Jaguar 9	015/2008	Getulina	IPCA	77	4	0	0	0	81	-2	79	77	5%
IE Biguaçu	012/2018	Biguaçu	IPCA	56	3	0	0	0	59	-2	57	56	5%
IE Jaguar 6	143/2001	Botucatu-Xavantes	IGP-M	21	0	0	0	-1	20	-1	20	21	-2%
	042/2017	Bauru	IPCA	16	1	0	0	0	17	-1	16	16	5%
IE Tigabi	026/2017	Tibagi	IPCA	24	1	0	0	0	25	-1	24	24	5%
	006/2020	Três lagoas	IPCA	7	0	0	0	0	8	-0	8	7	5%
IE SUL	016/2008	Forquilinha	IPCA	20	1	0	0	0	21	-1	21	20	5%
	013/2008	Scharlau	IPCA	9	0	0	0	0	9	-0	9	9	5%
Evrecy	001/2020	Minuano	IPCA	53	3	0	0	0	55	-3	52	53	5%
IE Itapura	021/2018	Lorena	IPCA	18	1	0	0	0	19	-1	19	18	5%
	021/2011	Itapeti	IPCA	9	0	0	0	0	10	-0	9	9	5%
IE Jaguar 8	012/2008	Piratininga	IPCA	16	1	0	0	0	17	-0	16	16	5%
	011/2022	Jacarandá	IPCA	16	1	0	0	0	16,9	1	18	16	5%
IE Pinheiros	018/2008	Atibaia II	IPCA	9	0	0	0	0	9	-0	9	9	5%
IE Tibagi	014/2023	Água Vermelha	IPCA	8	0	0	0	0	8,9	0	9	8	5%
IE Riacho Grande	005/2021	Riacho Grande	IPCA	93	4	0	5	0	102,7	-3	100	93	10%
IE Madeira[1]	013/2009	Lote D	IPCA	408	19	0	0	0	428	-18	410	408	5%
	015/2009	Lote F		352	17	0	0	0	369	-15	354	352	5%
Consolidado ISA ENERGIA BRASIL em operação				**5.388**	**272**	**129**	**5**	**-32**	**6.135**	**-4**	**6.131**	**5.388**	**14%**

Subsidiárias Controle Compartilhado

Concessionária	Contrato	Projeto	índice	RAP Ciclo 25/26 REH 3.348	Inflação	R&M	RTP	Outros	RAP Ciclo 26/27 DSP 2268	PA Total	RAP Ciclo 26/27 com PA	RAP Ciclo 25/26	Var % ex-PA
Subsidiárias (não consolidadas) em operação				**828**	**31,6**	**0**	**0**	**0**	**702**	**-24**	**677**	**828**	**-15%**
IE Paraguaçu (50%)	003/2017	Paraguaçu	IPCA	162	7,7	0	0	0	170	-6	164	162	5%
IE Aimorés (50%)	004/2017	Aimorés	IPCA	109	5,1	0	0	0	114	-4	110	109	5%
IE Ivaí (50%)	022/2017	Ivaí	IPCA	399	18,8	0	0	0	418	-14	403	399	5%
IE Garanhuns (51%)[2]	022/2011	Garanhuns	IPCA	158	0,0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Participação ISA ENERGIA BRASIL				**415**	**16**	**0**	**0**	**0**	**351**	**-12**	**339**	**415**	**-16%**
ISA ENERGIA BRASIL Total em operação				**5.803**	**287**	**129**	**5**	**-32**	**6.485**	**-16**	**6.469**	**5.803**	**12%**

PROJETOS EM CONSTRUÇÃO

Concessionária	Contrato	Projeto	índice	RAP Ciclo 25/26 REH 3.348	Inflação	R&M	RTP	Outros	RAP Ciclo 26/27 DSP 2268	PA Total	RAP Ciclo 26/27 com PA	RAP Ciclo 25/26	Var % ex-PA
Concessões Controladora em Contrução				**570**	**27**	**0**	**0**	**0**	**597**	**0**	**597**	**570**	**5%**
ISA ENERGIA BRASIL	006/2023	Serra Dourada	IPCA	322	15	0	0	0	337	0	337	322	5%
	012/2023	Itatiaia	IPCA	248	12	0	0	0	260	0	260	248	5%
ISA ENERGIA BRASIL em construção				**570**	**27**	**0**	**0**	**0**	**597**	**0**	**597**	**570**	**5%**
ISA ENERGIA BRASIL TOTAL (OPERAÇÃO + CONSTRUÇÃO)				**6.373**	**314,4**	**129,1**	**5**	**-32**	**7.082**	**-16**	**7.066**	**6.373**	**11%**

[1] IE Madeira: RAP Ciclo 2026/2027 reflete o descruzamento de ativos com a AXIA Energia com consolidação como subsidiaria 100%. Anteriormente, a participação de 51% era contabilizada como empresa controlada em conjunto, via equivalência patrimonial | [2] IE Garanhuns: RAP Ciclo 2026/2027 reflete o descruzamento de ativos com a AXIA Energia. Anteriormente, a participação de 51% era contabilizada como empresa controlada em conjunto, via equivalência patrimonial, hoje deixa de integrar a base de ativos da Companhia.

Renovação Concessão Paulista - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 3 de dezembro de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram por unanimidade a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 nos termos da Lei 12.783/2013. Com isso o prazo da concessão foi prorrogado até dezembro de 2042 e o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do NI (*) e do SE (**) foram garantidos à Companhia.

Os valores referentes aos ativos do NI, equivalente a R$2.891.291, conforme Portaria Interministerial nº 580, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015 (nota 14.1.3 (ii) das demonstrações financeiras referentes ao 4T24).

Em 2016, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 336/2016 que apresentou proposta de regulamentação quanto ao previsto na Portaria nº 120/2016 do MME para a metodologia de cálculo do custo de capital (Ke) e do cálculo da RAP e determina os valores do SE e prazos de pagamento para as concessionárias. Em 30 de maio de 2017, foi emitido Despacho ANEEL nº 1.484/17, que reconheceu como valor destes ativos o total de R$4.094.440, na data base 31 de dezembro de 2012. Na metodologia contábil pelo modelo IFRS, o impacto inicial dos valores da RBSE foi reconhecido contabilmente em setembro de 2016 e o complemento do valor reconhecido pela ANEEL foi registrado contabilmente durante o segundo trimestre de 2017, e estão apresentados como "Ativos da concessão" (nota 5.1 das demonstrações financeiras referentes ao 4T24).

A Nota técnica nº 108/2020 – SGT/ANEEL, de 25 de junho de 2020, recalculou os valores da RAP a partir do ciclo 2020/2021, incluindo a parcela de remuneração do custo de capital (Ke) e operacionalizou os efeitos da revogação das liminares que impediam o pagamento do Ke. Tais valores foram incluídos nos cálculos da RTP e aprovados pela Diretoria da ANEEL pela Resolução Homologatória nº 2.714/2020. Atualmente, existem duas liminares vigentes.

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL julgou favoravelmente o recurso administrativo interposto pela Companhia contra Resolução Homologatória nº 2.714/2020, que pleiteava o direito à atualização retroativa dos valores do RBSE, e aplicou o reperfilamento do componente financeiro do RBSE conforme Nota Técnica nº 068/2021 (nota 1.2a das demonstrações financeiras referentes ao 4T24). As premissas válidas a partir do ciclo 2021/2022 são: (i) a conclusão do pagamento do RBSE em 2028; (ii) a redução da amortização dos valores a receber do RBSE durante os ciclos 2021/2022 e 2022/2023; e (iii) a remuneração pelo WACC regulatório definido na RTP de 2018. A partir do ciclo 2023/2024, os fluxos de pagamentos previstos pela ANEEL retornaram aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020.

Após a homologação do resultado da RTP das Transmissoras (ReH 2.851/21), que incluiu o reperfilamento do recebimento do componente financeiro do RBSE, a ABIAPE/ABRACE/ESBR apresentaram pedido de reconsideração, pós trânsito em julgado, questionando o cálculo do componente financeiro do RBSE e o reperfilamento. Em junho de 2021, a Superintendência Geral de Tarifas ("SGT") da ANEEL publicou a NT 117/2021 e emitiu comunicado público explicando não existirem erros de cálculo e tampouco erros metodológicos. Entretanto, em junho de 2022, a SGT da ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 85/2022, que trata da análise dos pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento do RBSE e, neste mesmo mês, ocorreu decisão monocrática (Despacho nº 1.762/2022) deliberada por diretor da ANEEL sobre o referido tema. Após decisão colegiada da diretoria da ANEEL, a decisão monocrática foi suspensa. Em abril de 2023, a SGT publicou a nova nota técnica (85/2023), que trata das manifestações acerca NT 085/2022 e o Ofício-Circular nº 23/2022, de 16 de agosto de 2022.

Em reunião de Diretoria realizada no dia 10 de junho de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") decidiu sobre o pedido interposto por agentes de mercado sobre Resolução Homologatória 2.851/21, que trata dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE – Rede Básica Sistema Existente e, com isso, encerrou a discussão do tema em âmbito administrativo. A Diretoria votou pela aplicação parcial das indicações propostas na Nota Técnica 85/2023 ("NT85") e decidiu por: (i) manutenção da metodologia de cálculo postecipado; (ii) criação de novo perfil de pagamento com a separação em dois fluxos; (iii) e atualização do WACC a cada Revisão Tarifária Periódica.

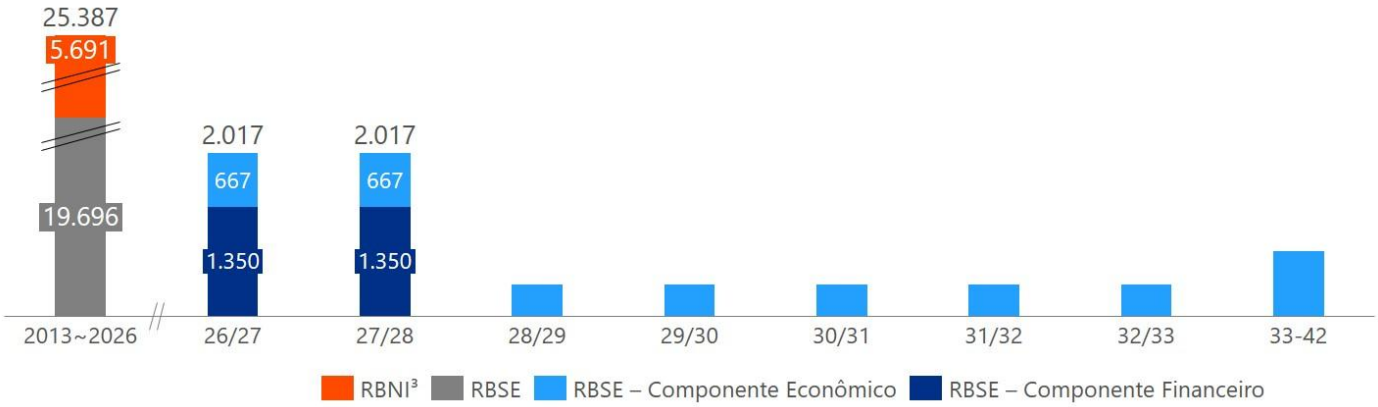
Além da discussão em âmbito administrativo que se encerrou em junho de 2025, está em tramitação o Processo nº TC 012.715/2017-4 perante o Tribunal de Contas da União ("TCU"), cujo objeto é a avaliação da conformidade e transparência da metodologia da definição dos valores dos ativos de transmissão existentes em 31/05/2000, mas não amortizados, bem como à metodologia de atualização e repasse desses valores à tarifa de energia elétrica pendente de análise. Em 05/07/2023, o Ministério Público do Tribunal de Contas da União – MPTCU manifestou-se favoravelmente ao ingresso da ISA ENERGIA BRASIL como parte interessada e concluiu que a opção regulatória do MME deve ser respeitada pelo TCU. O processo teve seu julgamento iniciado em 18 de novembro de 2025, ocasião em que o ministro relator apresentou voto pela legalidade da metodologia do Ke. Posteriormente, na sessão de 06 de maio de 2026, o TCU decidiu, por unanimidade, pelo arquivamento do referido processo.

Adicionalmente, a pauta encontra-se judicializada. Em 30 de setembro de 2026, existiam cerca de 40 (quarenta) ações em andamento, interpostas por entidades do setor, as quais debatem a legalidade da Portaria MME 120/2016. As decisões em 1ª instância reconheceram a legalidade da Portaria MME nº 120/2016 e a forma de pagamento ali estabelecida. As decisões de 1ª instância foram favoráveis às concessionárias. Contudo, elas estão sujeitas a reversão pelos tribunais superiores e, nesse sentido, no dia 26 de maio de 2026, a 7ª Turma do TRF1 julgou o recurso de apelação em cinco dos quarenta processos judiciais acima mencionados e decidiu por reconhecer a legalidade da incorporação dos ativos da RBSE à Base de Remuneração Regulatória e declarar a nulidade do §3º, do art. 1º, da Portaria MME n. 120/2016. Tais decisões estão sujeitas a recursos para tribunais superiores.

Não se pode desconsiderar a possibilidade de novas decisões judiciais alterarem uma ou mais condições do pagamento do RBSE. Eventuais novas decisões judiciais, dependendo do seu conteúdo e abrangência, se não revertidas a tempo e modo, podem trazer ou não impactos significativos ao recebimento da Companhia exigindo, inclusive, conforme o caso, a revisão de planos de investimentos, distribuição de proventos e estratégia corporativa, além dos regulares registros contábeis de tais impactos.

Considerando-se decisão da ANEEL em reunião de diretoria realizada no dia 10 de junho de 2025 e com base no reajuste tarifário para o ciclo 2026/2027, segue o fluxo de pagamentos dos valores devidos referente a renovação da Concessão Paulista:

Fluxo de Recebimento da RBSE [1] [2] [3] [4]



[1] Valores reais, data base junho de 2026, com base nas planilhas publicadas no encerramento da CP nº 12/2024.

[2] Desconsidera a parcela de CAIMI e Outras Receitas da RAP do RBSE.

[3] Movimentação da base de ativos que compõe o RBSE deverá reduzir gradualmente a parcela de RAP do componente econômico, e após o ciclo 33/34, permanecerá somente o valor referente a remuneração de capital de terrenos e almoxarifado até o fim da concessão, em 2042.

[4] Fluxo previsto do ciclo 28/29 a 32/33 foi estimado com base no laudo e nas premissas definidas na RTP de 2023. Os valores serão reavaliados no processo de revisão tarifária de 2028.

(*) NI – instalações energizadas a partir de 1º de junho de 2000
(**) SE – instalações de ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000.

Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58, aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle, admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja operacionalização ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ("SEFAZ") e a Companhia em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser paga para a ISA ENERGIA BRASIL e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados.

A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, glosas passaram a ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.

Ação Civil Pública e Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funcesp ("AAFC") obteve liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA ENERGIA BRASIL faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

Ação de Cobrança

Desde 2005, a SEFAZ repassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA ENERGIA BRASIL tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela Companhia está sendo cobrada por meio de uma ação contra a SEFAZ.

Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ, que aguarda análise de admissibilidade. Em 30 de setembro de 2026, o valor registrado no balanço da Companhia se manteve em cerca de R$ 2,9 bilhões, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos, realizada em 2013.

Entre agosto de 2018 e março de 2019, a ISA ENERGIA BRASIL recebeu repasse integral da SEFAZ em razão de decisão judicial liminar, posteriormente suspensa pelo STJ até julgamento do recurso da SEFAZ.

O recurso da SEFAZ foi julgado monocraticamente no Superior Tribunal de Justiça ("STJ") em março de 2024, determinando o retorno do processo ao TJSP, que deverá delimitar na decisão a responsabilidade de cada uma das partes entre si em relação às parcelas e rubricas que compõem as complementações de aposentadoria. Foi determinada a manutenção do pagamento das glosas pela ISA ENERGIA BRASIL (como ocorre desde 2005) até o trânsito em julgado da ação.

Em outubro de 2024, o STJ, por convenção das partes para tentativa de conciliação, suspendeu por 180 (cento e oitenta) dias o trâmite processual da ação de cobrança. Em 22 de maio de 2025 foi realizada audiência de instalação da mediação no Centro Judiciário de Solução de Conflitos do STJ ("CEJUSC/STJ") com a presença da Procuradoria do Estado de São Paulo, na qual renovou-se o prazo de suspensão do processo por mais 180 dias. Além da audiência de instalação, foram realizadas 6 audiências entre os meses de agosto e novembro de 2025.

Em 2026, quatro audiências de mediação foram realizadas nos dias 03 de fevereiro, 04 de abril, 16 de junho e 26 de agosto. A próxima audiência de mediação acontecerá em 2027, ainda sem data específica.

A tentativa de conciliação amigável não significa prejuízo aos direitos da Companhia e não altera qualquer decisão judicial vigente ou o atual fluxo de pagamentos. Caso a tentativa de conciliação seja infrutífera, o processo voltará a fluir como anteriormente.

A Companhia continua com os esforços direcionados para manter a decisão de mérito favorável conquistada no Tribunal de Justiça/SP.

O valor contabilizado pela Companhia na rubrica "Valores a receber - Secretaria da Fazenda" totalizou R$ 2.874,9 milhões em 30 de setembro de 2026. Adicionalmente, a Companhia possui provisão de R$ 516,3 milhões realizada em 2013 devido ao alargamento de prazo da expectativa de realização de parte do contas a receber do Estado de São Paulo e andamentos processuais, ocorridos naquele período. Cabe destacar que os valores acima mencionados são históricos e sua contabilização não considera qualquer tipo de correção ou atualização.

GLOSSÁRIO

ADTV (*Average Daily Traded Volume*) - Volume financeiro médio diário negociado de um ativo em determinado período.

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - Autarquia responsável por regular e fiscalizar a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil.

CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos) - Parcela da receita associada à remuneração dos investimentos em ativos elétricos, composta pela remuneração do capital e pela Quota de Reintegração Regulatória (QRR).

CAGR (*Compound Annual Growth Rate*) - Taxa de crescimento anual composto.

CAOM (Custos de Administração, Operação e Manutenção) - Parcela da receita destinada à cobertura dos custos de administração, operação e manutenção das instalações, incluindo os componentes definidos pela regulamentação aplicável. Pode ser dividida em (i) receita de O&M, que tem como finalidade cobrir os custos e despesas (exemplo: gastos com salários, despesas de manutenção e outros); e (ii) receita para cobrir os custos das instalações móveis e imóveis (CAIMI).

CAPEX (*Capital Expenditures*) – Investimentos realizados na aquisição, implantação, expansão, modernização ou melhoria de ativos.

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) - Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE.

CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) - Encargo setorial destinado ao custeio de políticas públicas do setor elétrico, nos termos da regulamentação aplicável.

Crescimento orgânico - Crescimento decorrente de investimentos realizados nos ativos e concessões existentes, incluindo reforços e melhorias.

CVM (Comissão de Valores Mobiliários) – autarquia vinculada ao ministério da Fazenda, que tem o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários do Brasil.

EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization*) - Resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

Encargos regulatórios – Valores arrecadados no âmbito da prestação do serviço de transmissão e destinados às finalidades previstas na regulamentação setorial, sem constituir receita operacional da transmissora quando aplicável.

Energização - Etapa caracterizada pela energização das instalações ou equipamentos de um empreendimento de transmissão, conforme os procedimentos aplicáveis (reforço, melhoria ou *greenfield*).

EPE (Empresa de Pesquisa Energética) – Empresa pública responsável pelo desenvolvimento de estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento do setor energético brasileiro.

DIT (Demais Instalações de Transmissão) - são instalações que não fazem parte da Rede Básica, geralmente por operarem em tensões inferiores a 230 kV ou por atenderem a usos específicos.

Greenfield - projetos de crescimento arrematados por meio de leilões e construídos do zero.

IBBC (Índice Bovespa BR+ Cap 5% B3) – Índice que busca refletir o desempenho de ativos de elevada negociabilidade e representatividade, limitando a participação individual de cada ativo a 5% na carteira.

IBBE (Índice Bovespa BR+ Equal Weight B3) – Índice da família Ibovespa BR+ estruturado com ponderação igual dos ativos que compõem sua carteira.

IBBR (Índice Bovespa B3 BR+) – Índice destinado a refletir o desempenho de uma carteira composta por ativos elegíveis de empresas brasileiras.

IBEP (Índice Bovespa B3 Empresas Privadas) – Índice destinado a refletir o desempenho de ativos elegíveis de empresas com controle acionário privado.

IBEW (Índice Bovespa B3 Equal Weight) – Índice composto pelos ativos elegíveis do Ibovespa, com ponderação igual entre os componentes da carteira.

IBOV B3 (Índice Bovespa B3) - Principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3 e reúne as empresas mais importantes do mercado de capitais brasileiro. É composto pelas ações que representem 85% em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN) (buffer 90%); 95% de presença em pregão; 0,1% do volume financeiro no mercado a vista (lote-padrão); e não ser *penny stock*.

IBRA (Índice Brasil amplo) - Indicador do desempenho médio das cotações de todos os ativos negociados no mercado a vista (lote-padrão) da B3 que atendam a critérios mínimos de liquidez e presença em pregão, de forma a oferecer uma visão ampla do mercado acionário.

IBRX100 (Índice Brasil 100) - Indicador do desempenho médio das cotações dos 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.

IBSD (Índice Bovespa *Smart* Dividendos) - Indicador de desempenho médio dos ativos de empresas listadas que se destacam em termos de remuneração dos investidores, sob a forma de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

IBST (Índice Bovespa Dividendos BESST) - Indicador de desempenho médio dos ativos de maior negociabilidade, representatividade e que se destacam em termos de remuneração dos investidores dentro de setores específicos.

IBVL (Índice Bovespa *Smart Low Volatility* B3) - Indicador de desempenho médio dos ativos de maior negociabilidade, representatividade e que possuem menor volatilidade nos retornos diários.

ICO2 (Índice Carbono Eficiente) - Índice que considera aspectos relacionados à eficiência das empresas na emissão de gases de efeito estufa e às práticas adotadas para gestão dessas emissões. Adesão das companhias ao ICO2 B3 demonstra o comprometimento com sua eficiência na emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) e na adoção de práticas de gestão que conduzam a uma maior eficiência nessas emissões, contribuindo para o avanço da transição para uma economia de baixo carbono.

IDIV (Índice Dividendos) - Índice destinado a refletir o desempenho de ativos que se destacam pela remuneração aos investidores por meio da distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio .

IDVR (Índice de Diversidade B3) - Índice destinado a refletir o desempenho de empresas selecionadas com base em critérios relacionados à diversidade.

IE - Interligação Elétrica.

IEE (Índice de Energia Elétrica) - Índice setorial da Bolsa (B3) que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

IENS (Índice de Energia Não Suprida) - Indicador associado à energia que deixou de ser suprida em decorrência de interrupções no sistema.

IFES (Índice Infraestrutura ESG) - indicador de desempenho médio dos ativos de maior negociabilidade e representatividade dos setores de Utilidade Pública e Bens Industriais.

IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada) – indicador de desempenho médio das cotações dos ativos de empresas listadas no Novo Mercado ou nos Níveis 1 ou 2 da B3.

IGCT (Índice de Governança Corporativa Trade) - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de emissão de empresas integrantes do IGC.

IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) - Índice oficial de inflação do Brasil, calculado pelo IBGE.

ISE B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial) - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial.

JCP (Juros sobre Capital Próprio) Forma de remuneração aos acionistas, sujeita ao tratamento tributário previsto na legislação aplicável.

Leilões de Transmissão de Energia - Processos licitatórios estabelecidos pelo MME e ANEEL a fim de outorgar concessões para linhas de transmissão e subestações no Brasil.

M&A *(Mergers and Acquisitions)* - Fusões e aquisições.

Melhoria - Instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou adequação dessas instalações, visando manter a prestação adequada do serviço público de transmissão de energia elétrica.

MLCX (Índice *MidLarge* Cap) - desempenho médio dos ativos das empresas de maior capitalização da B3.

MME (Ministério de Minas e Energia) – Órgão da administração pública federal responsável pela formulação de políticas públicas relacionadas aos setores de energia e mineração.

O&M (Operação e Manutenção) – Atividades relacionadas à operação e à manutenção dos ativos e instalações.

ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) - Órgão responsável por executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica do SIN.

Outras Receitas - Receitas associadas a atividades adicionais à prestação principal do serviço público de transmissão, sujeitas ao tratamento regulatório aplicável.

PA (Parcela de Ajuste) - Componente utilizado para compensar diferenças de arrecadação ou outros ajustes referentes a períodos anteriores, conforme regulamentação aplicável.

PMSO (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros) – Conjunto de custos e despesas relacionados a pessoal, materiais, serviços de terceiros e outros itens operacionais.

PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) – Programa instituído para incentivar a participação de fontes alternativas renováveis na geração de energia elétrica no Brasil.

PV (Parcela Variável) - Parcela associada à disponibilidade e à capacidade das instalações de transmissão, que pode resultar em redução da receita em função de indisponibilidades e outros eventos previstos na regulamentação aplicável.

P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) – Atividades e investimentos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento, conforme regulamentação aplicável.

QRR (Quota de Reintegração Regulatória) – Componente regulatório associado à recomposição do capital investido nos ativos ao longo de sua vida útil regulatória.

RAP (Receita Anual Permitida) - Receita estabelecida para remunerar a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, nos termos dos contratos de concessão e da regulamentação aplicável. Pode incorporar receitas adicionais associadas à entrada em operação de novos investimentos autorizados.

RB (Rede Básica) - Instalações de transmissão do SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão, definida segundo critérios estabelecidos na regulamentação da ANEEL.

RBNI (Rede Básica Novos Investimentos) - Parcela da receita (RAP) correspondente às novas instalações componentes da Rede Básica autorizadas e com receitas estabelecidas por resolução específica.

RBSE (Rede Básica do Sistema Existente) - Parcela da RAP correspondente às instalações componentes da Rede Básica, definidas no Anexo da Resolução nº 166, de 31 de maio de 2000.

Reforço - Instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou adequação dessas instalações, visando ao aumento da capacidade de transmissão, da confiabilidade do SIN ou da vida útil, ou à conexão de usuários.

RGR (Reserva Global de Reversão) – Encargo setorial instituído para as finalidades estabelecidas na legislação do setor elétrico.

RTP (Revisão Tarifária Periódica) – Processo periódico de revisão dos componentes de receita das concessões de transmissão, conforme os contratos de concessão e a regulamentação aplicável.

SIN (Sistema Interligado Nacional) – Conjunto de instalações e de equipamentos que possibilitam o suprimento de energia elétrica nas regiões do país interligadas eletricamente, conforme regulamentação aplicável.

TCU (Tribunal de Contas da União) – Órgão responsável pelo controle externo da administração pública federal, nos termos da legislação aplicável.

TFSEE (Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica) – Taxa destinada ao custeio das atividades de fiscalização dos serviços de energia elétrica, conforme legislação aplicável.

TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica) – Tarifa paga por distribuidoras, geradoras e consumidores livres e especiais pela utilização da Rede Básica e das DIT, e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) novas receitas, correspondentes aos empreendimentos energizados.

UTIL B3 (Índice Utilidade Pública) - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do setor de utilidade pública (energia elétrica, água e saneamento e gás).

ANEXOS

Anexo I – Projetos Greenfield desde 2016| Crescimento

Leilões	Projetos	Contrato	Empresa	% ISA ENERGIA BRASIL	UF	RAP ISA ENERGIA BRASIL Ciclo 2026/2027 (R$ milhões)	Data de Necessidade[1]	Prazo ANEEL	CapEx ANEEL Participação ISA ENERGIA BRASIL data base leilão (R$ milhões)	CapEx ISA ENERGIA BRASIL realizado até 30/09/2026 (R$ milhões)	Licenci. Ambiental (LI)	Início da Construção	Avanço Fundiário	Avanço Físico	Entrada em Operação Comercial
013/2015 (out/2016)	Paraguaçú (Lote 3)	003/2017	IE Paraguaçu	50%	BA/MG	85	jan-19	fev-22	254,8	333,4	✓	2T19	100%	100%	3T22
	Aimorés (Lote 4)	004/2017	IE Aimorés	50%	MG	57,0	jan-19	fev-22	170,6	208,3	✓	2T19	100%	100%	2T22
	Itaúnas (Lote 21)	018/2017	IE Itaúnas	100%	ES	79,0	jul-18	jun-22	297,8	373,8	✓	3T18	100%	100%	4T23
005/2016 (abr/2017)	Ivaí (Lote 1)	022/2017	IE Ivaí	50%	PR	208,8	fev-21	ago-22	968,2	1.063,9	✓	4T19	100%	100%	4T22
	Tibagi (Lote 5)	026/2017	IE Tibagi	100%	SP / PR	24,8	jan-17	ago-21	134,6	117,5	✓	3T18	100%	100%	4T20
	Itaquerê (Lote 6)	027/2017	IE Itaquerê	100%	SP / PR	74,1	jun-18	ago-21	397,7	255,9	✓	3T18	100%	100%	3T20
	Aguapeí (Lote 29)	046/2017	IE Aguapeí	100%	SP / PR	87,2	dez-18	ago-21	601,9	363,4	✓	3T19	100%	100%	1T21
	Bauru (Lote 25)	042/2017	IE Jaguar 6	100%	SP	16,9	ago-19	fev-21	125,8	63,0	✓	2T18	100%	100%	3T19
002/2018 (jun/2018)	Lorena (Lote 10)	021/2018	IE Itapura	100%	SP	19,2	jan-20	set-22	237,9	126,1	✓	3T19	100%	100%	4T21
	Biguaçu (Lote 1)	012/2018	IE Biguaçu	100%	SC	58,9	set-21	set-23	641,4	458,8	✓	1T21	100%	100%	3T22
002/2019 (dez/2019)	Minuano (Lote 1)	001/2020	Evrecy	100%	RS	55,5	jan-20	mar-25	681,6	738,2	✓	3T22	100%	100%	4T24
	Três Lagoas (Lote 6)	006/2020	IE Tibagi	100%	MS / SP	7,8	jan-20	set-23	98,8	87,1	✓	2T21	100%	100%	2T22
	Triângulo Mineiro	007/2020	IEMG	100%	MG	50,9	jan-20	mar-25	553,6	519,6	✓	1T22	100%	100%	3T23
001/2020 (dez/2020)	Riacho Grande (Lote 7)	005/2021	IE Riacho Grande	100%	SP	102,7	jan-26	mar-26	1.140,6	922,1	✓	3T23	100%	100%	4T25
001/2022 (jun/2022)	Piraquê	008/2022	ISA ENERGIA BRASIL	100%	MG / ES	359,3	jan-26	set-27	3.653,6	3.867,7	✓	3T24	100%	100%	2T26
	Jacarandá (Lote 6)	011/2022	IE Jaguar 8	100%	SP	16,9	mar-26	mar-26	232,3	189,3	✓	3T24	100%	100%	2T26
001/2023 (jun/2023)	Serra Dourada (Lote 1)	006/2023	ISA ENERGIA BRASIL	100%	BA/MG	337,0	Imediata	mar-29	3.156,8	2.256,9	✓	3T25	96%	64%	-
	Itatiaia (Lote 7)	012/2023	ISA ENERGIA BRASIL	100%	RJ/MG	259,9	Imediata	mar-29	2.300,6	587,4	4T26	1T27	89%	35%	-
	Água Vermelha (Lote 9)	014/2023	IE Tibagi	100%	SP	8,9	Imediata	set-26	94,2	87,1	✓	3T24	100%	100%	2T25
Total (19)						**1.909,7**			**15.742,9**	**12.619,3**					

Clique aqui para acessar a planilha.

Anexo II – Investimentos em Projetos

Investimentos	Consolidado + Controladas em Conjunto		
(R$ milhões)	3T26	3T25	Var (%)
Reforços & Melhorias	**578,5**	**437,9**	**32,1%**
Projetos *Greenfield*	**524,9**	**767,5**	**-31,6%**
100% ISA ENERGIA BRASIL	**525,4**	**756,8**	**-30,6%**
Piraquê	1,6	503,6	-99,7%
Riacho Grande	0,0	70,0	-100,0%
Serra Dourada	466,4	124,0	276,0%
Itatiaia	54,0	30,2	79,0%
Jacarandá	0,0	30,3	-100,0%
Minuano	0,6	-1,3	N.A
Biguaçu	2,8	0,0	N.A
Controladas em conjunto	**-0,5**	**10,8**	**-105,1%**
Ivaí	-0,5	0,0	N.A
Total	**1.103,3**	**1.205,4**	**-8,5%**

Nota: Considera a participação proporcional da ISA ENERGIA BRASIL nas empresas não consolidadas (controladas em conjunto).

Anexo III - Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R$ mil)	Consolidado 30/09/2026	 30/09/2025
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	441.736	1.356.062
Aplicações financeiras	2.526.363	808.924
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	604.510	469.745
Estoques	119.313	48.054
Tributos e contribuições a compensar	295.197	229.311
Instrumentos financeiros derivativos	0	37.384
Créditos com partes relacionadas	3.587	126.061
Despesas pagas antecipadamente	39.404	6.061
Caixa restrito	0	0
Outros	391.357	165.619
	4.421.467	**3.247.221**
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	79.403	18.888
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	147.036	205.383
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	2.874.979	2.760.806
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0
Cauções e depósitos vinculados	46.551	46.049
Instrumentos financeiros derivativos	60.469	20.406
Outros	105.299	76.525
	3.313.737	**3.128.057**
Investimentos	43.159	1.366.474
Imobilizado	25.850.576	20.832.086
Intangível	4.321.430	1.819.316
	30.215.165	**24.017.876**
	33.528.902	**27.145.933**
Total do Ativo	**37.950.369**	**30.393.154**

Passivo e Patrimônio Líquido (R$ mil)	Consolidado 30/09/2026	Consolidado 30/09/2025
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	257.762	90.082
Debêntures	373.220	496.001
Arrendamento	16.721	18.677
Instrumentos financeiros derivativos	9.212	2.916
Fornecedores	252.088	254.342
Tributos e encargos sociais a recolher	269.226	213.752
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0
Encargos regulatórios a recolher	50.880	66.723
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	419.812	422.540
Obrigações trabalhistas	93.802	79.962
Valores a pagar – Vivest	834	1.335
Provisões - Capex	303.879	210.460
Outros	14.227	30.299
	2.061.663	**1.887.089**
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	1.035.325	669.117
Debêntures	18.096.273	14.696.513
Arrendamento	26.086	36.959
Instrumentos financeiros derivativos	15.163	17.312
Fornecedores	3.868	3.456
PIS e COFINS diferidos	20.717	25.773
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.246.491	1.524.834
Encargos Regulatórios a recolher	66.391	35.404
Provisões judiciais	175.410	157.457
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	891.705	850.307
Outros	396	334
	22.577.825	**18.017.466**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	4.790.020	3.590.020
Custo emissão ações	-20.837	0
Reservas de capital	666	666
Reservas de lucro	5.618.242	3.742.461
Reserva de Reavaliação	2.374.108	2.493.015
Outros Resultados Abrangentes	88.362	97.571
Dividendos adicionais propostos	279.322	279.322
	13.129.883	**10.203.055**
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	180.998	285.544
	13.310.881	**10.488.599**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**37.950.369**	**30.393.154**

Anexo IV - Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado	Consolidado					
(R$ mil)	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Receita Operacional Bruta	**1.721.709**	**1.250.582**	**37,7%**	**4.536.355**	**3.718.702**	**22,0%**
Receita de Uso da Rede Elétrica	1.710.580	1.239.400	38,0%	4.503.747	3.684.824	22,2%
Outras	11.129	11.182	-0,5%	32.608	33.878	-3,7%
(-) Deduções à Receita Operacional	**-211.046**	**-178.249**	**18,4%**	**-556.054**	**-485.886**	**14,4%**
Tributos e Contribuições sobre a Receita	-149.279	-105.611	41,3%	-391.764	-319.498	22,6%
Encargos Regulatórios	-61.767	-72.638	-15,0%	-164.290	-166.388	-1,3%
(=) Receita Operacional Líquida	**1.510.663**	**1.072.333**	**40,9%**	**3.980.301**	**3.232.816**	**23,1%**
(-) Custos e Despesas Operacionais	**-462.704**	**-355.245**	**30,2%**	**-1.248.564**	**-1.164.048**	**7,3%**
Pessoal[1]	-117.093	-102.391	14,4%	-335.145	-316.306	6,0%
Material	-6.277	-5.647	11,2%	-17.241	-16.870	2,2%
Serviços	-83.512	-54.050	54,5%	-191.448	-146.005	31,1%
Depreciação	-250.970	-167.561	49,8%	-642.551	-591.342	8,7%
Outros	-4.852	-25.596	-81,0%	-62.178	-93.525	-33,5%
(=) Resultado do Serviço	**1.047.959**	**717.088**	**46,1%**	**2.731.737**	**2.068.768**	**32,0%**
(+/-) Resultado Financeiro	**-348.094**	**-293.134**	**18,7%**	**-1.469.918**	**-996.252**	**47,5%**
Rendimento de Aplicações Financeiras	92.495	90.045	2,7%	212.820	243.406	-12,6%
Resultado da Variação Monetária Líquida	11.475	-57.915	n.a	-430.924	-345.670	24,7%
Juros Ativo/Passivos	25	-152	n.a	191	-2.967	n.a
Juros/Encargos sobre empréstimos	-428.385	-336.504	27,3%	-1.207.141	-933.258	29,3%
Outras	-23.704	11.392	n.a	-44.864	42.237	n.a
(=) Resultado Operacional	**699.865**	**423.954**	**65,1%**	**1.261.819**	**1.072.516**	**17,7%**
(-) Equivalência Patrimonial	**34.153**	**100.365**	**-66,0%**	**197.208**	**266.983**	**-26,1%**
(-) Outras Receitas/Despesas Operacionais	**1.891.155**	**3.833**	**49238,8%**	**1.803.863**	**-58.835**	**n.a**
(=) Resultado Anterior aos Tributos	**2.625.173**	**528.152**	**397,0%**	**3.262.890**	**1.280.664**	**154,8%**
(-) IR e CSLL	**-712.529**	**39.853**	**n.a**	**-793.806**	**-91.093**	**771,4%**
Corrente	27.387	38.604	-29,1%	-108.113	-45.021	140,1%
Diferido	-739.916	1.249	n.a	-685.693	-46.072	1388,3%
(=) Lucro/Prejuízo Consolidado	**1.912.644**	**568.005**	**236,7%**	**2.469.084**	**1.189.571**	**107,6%**
(-) Partic. Acionista não Controlador	**-7.836**	**-17.976**	**-56,4%**	**-32.677**	**-46.548**	**-29,8%**
(=) Lucro/Prejuízo	**1.904.808**	**550.029**	**246,3%**	**2.436.407**	**1.143.023**	**113,2%**

[1] Inclui custos e despesas com Entidade de Previdência Privada

Anexo V – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório[1]

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
(R$ mil)	9M26	9M25
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**3.218.830**	**2.661.340**
Lucro líquido do período	2.469.084	1.189.571
Benefício a empregados – déficit atuarial	0	0
PIS e COFINS diferidos	-5.056	-13.159
Depreciação e amortização	709.810	656.061
Imposto de renda e contribuição social diferidos	684.466	46.070
Provisão para Demandas judiciais	-7.396	-47.676
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	54.352	31.711
Beneficio fiscal – ágio incorporado	28	27
Resultado de equivalência patrimonial	-256.469	-266.981
Receita sobre aplicações financeiras	-92.156	-104.762
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.624.187	1.264.876
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	-22.825	-44.432
Ganho por compra vantajosa na aquisição de Controlada	-1.866.294	0
Ganho na alienação de participação societária	-72.055	0
Instrumento Financeiro	31.831	-3.418
Transações com acionistas não controladores	-32.677	-46.548
(Aumento) diminuição de ativos	**-362.135**	**648.097**
Caixa restrito	0	0
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	-11.411	157.976
Estoques	-10.757	-9.242
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	-114.173	-143.176
Tributos e contribuições a compensar	-43.438	124.171
Despesas pagas antecipadamente	-28.590	-6.016
Cauções e depósitos vinculados	1.110	-188
Crédito com controladas	0	0
Outros	-154.876	524.572
Aumento (diminuição) de passivos	**-21.759**	**-92.477**
Fornecedores	-13.969	26.776
Tributos e encargos sociais a recolher	111.763	189.651
Obrigações trabalhistas	10.223	11.456
Pagamentos de impostos	-173.758	-136.660
Encargos regulatórios a recolher	-29.471	13.784
Provisões	258.221	-4.896
Valores a pagar Vivest	-501	435
Reserva Global de Reversão	-1.860	-1.861
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	41.400	-14.873
Benefício pós emprego - passivo atuarial	0	0
Outros	-223.807	-176.289
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**2.834.936**	**3.216.960**
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	**-5.780.374**	**-4.336.821**
Caixa restrito	-676	874
Aplicações financeiras	-4.051.984	-5.093.394
Resgates de Aplicações financeiras	2.476.483	4.115.325
Imobilizado e Intangível	-3.447.539	-3.359.626
Aquisiçao de participação acionária	-1.415.225	0
Alienação de participação acionária	462.362	0
Dividendos recebidos	196.205	0
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	**2.031.112**	**-1.075.710**
Adições Empréstimos e Debêntures	6.285.083	2.007.347
Pagamentos Empréstimos e Debêntures (principal)	-3.769.540	-1.030.172
Pagamentos Empréstimos e Debêntures (juros)	-926.199	-719.616
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal e juros)	-18.107	-11.094
Instrumentos financeiros derivativos	-55.498	13.660
Integralização de capital	1.200.000	0
Custo da emissão de ações	-20.837	0
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-663.790	-1.335.835
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**-914.326**	**-2.195.571**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.356.062	2.914.747
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	441.736	719.176
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**-914.326**	**-2.195.571**

[1]O fluxo de caixa indireto contabilizado na metodologia regulatória considera as saídas de caixa relacionadas aos projetos *greenfield, brownfield* e de Reforços e Melhorias como fluxos de investimentos.

Anexo VI – Resultado Regulatório Empresas não consolidadas

IE AIMORÉS						
Demonstração do Resultado (R$ mil)	**3T26**	**3T25**	**Var (%)**	**9M26**	**9M25**	**Var (%)**
Receita Operacional Bruta	**29.668**	**29.772**	**-0,3%**	**89.604**	**86.681**	**3,4%**
Deduções à receita operacional	-3.085	-3.167	-2,6%	-9.217	-9.121	1,1%
Receita Operacional Líquida	**26.583**	**26.605**	**-0,1%**	**80.387**	**77.560**	**3,6%**
Custos e Despesas	-1.571	-765	105,4%	-4.314	-4.119	4,7%
Depreciação	-2.722	-2.721	0,0%	-8.165	-8.163	0,0%
EBITDA	**25.012**	**25.840**	**-3,2%**	**76.073**	**73.441**	**3,6%**
Resultado do Serviço	**22.290**	**23.119**	**-3,6%**	**67.908**	**65.278**	**4,0%**
Resultado Financeiro	-8.511	-7.179	18,6%	-25.456	-5.850	335,1%
Outras receitas/despesas líquidas	0	0	N.A.	0	0	N.A.
Lucro antes do IR & CSLL	**13.779**	**15.940**	**-13,6%**	**42.452**	**59.428**	**-28,6%**
IR & CSLL	-2.253	-1.797	25,4%	-5.297	-6.411	-17,4%
Lucro líquido	**11.526**	**14.143**	**-18,5%**	**37.155**	**53.017**	**-29,9%**
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA	**12.506**	**12.920**	**-3,2%**	**38.037**	**36.721**	**3,6%**
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro	**5.763**	**7.072**	**-18,5%**	**18.578**	**26.509**	**-29,9%**

IE PARAGUAÇU						
Demonstração do Resultado (R$ mil)	**3T26**	**3T25**	**Var (%)**	**9M26**	**9M25**	**Var (%)**
Receita Operacional Bruta	**46.840**	**45.303**	**3,4%**	**135.904**	**129.348**	**5,1%**
Deduções à receita operacional	-4.863	-4.757	2,2%	-13.915	-14.122	-1,5%
Receita Operacional Líquida	**41.977**	**40.546**	**3,5%**	**121.989**	**115.226**	**5,9%**
Custos e Despesas	-2.195	-1.626	35,0%	-6.443	-5.994	7,5%
Depreciação	-4.657	-4.658	0,0%	-13.972	-13.962	0,1%
EBITDA	**39.782**	**38.920**	**2,2%**	**115.546**	**109.232**	**5,8%**
Resultado do Serviço	**35.125**	**34.262**	**2,5%**	**101.574**	**95.270**	**6,6%**
Resultado Financeiro	-15.699	-13.663	14,9%	-46.254	-9.957	364,5%
Outras receitas/despesas líquidas	0	0	N.A.	0	0	N.A.
Lucro antes do IR & CSLL	**19.426**	**20.599**	**-5,7%**	**55.320**	**85.313**	**-35,2%**
IR & CSLL	-2.851	-2.547	11,9%	-3.508	-8.591	-59,2%
Lucro líquido	**16.575**	**18.052**	**-8,2%**	**51.812**	**76.722**	**-32,5%**
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA	**19.891**	**19.460**	**2,2%**	**57.773**	**54.616**	**5,8%**
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro	**8.288**	**9.026**	**-8,2%**	**25.906**	**38.361**	**-32,5%**

IE IVAÍ						
Demonstração do Resultado (R$ mil)	**3T26**	**3T25**	**Var (%)**	**9M26**	**9M25**	**Var (%)**
Receita Operacional Bruta	**71.517**	**103.409**	**-30,8%**	**294.346**	**313.371**	**-6,1%**
Deduções à receita operacional	-11.918	-10.862	9,7%	-35.289	-32.873	7,3%
Receita Operacional Líquida	**59.599**	**92.547**	**-35,6%**	**259.057**	**280.498**	**-7,6%**
Custos e Despesas	-4.907	-6.278	-21,8%	-15.714	-16.292	-3,5%
Depreciação	-12.534	-15.243	-17,8%	-40.546	-42.329	-4,2%
EBITDA	**53.518**	**86.269**	**-38,0%**	**241.964**	**264.256**	**-8,4%**
Resultado do Serviço	**42.158**	**71.026**	**-40,6%**	**202.798**	**221.878**	**-8,6%**
Resultado Financeiro	-70.668	-31.264	126,0%	-203.455	-148.136	37,3%
Outras receitas/despesas líquidas	-1.174	0	N.A.	-1.380	49	n.a
Lucro antes do IR & CSLL	**-29.683**	**39.762**	**n.a**	**-2.036**	**73.791**	**n.a**
IR & CSLL	43.092	-13.523	n.a	33.692	-25.092	n.a
Lucro líquido	**13.409**	**26.240**	**-48,9%**	**31.656**	**48.699**	**-35,0%**
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA	**26.759**	**43.135**	**-38,0%**	**120.982**	**132.128**	**-8,4%**
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro	**6.704**	**13.120**	**-48,9%**	**15.828**	**24.349**	**-35,0%**

AIE (IE IVAÍ + IE PARAGUAÇU + IE AIMORÉS)						
Demonstração do Resultado (R$ mil)	**3T26**	**3T25**	**Var (%)**	**9M26**	**9M25**	**Var (%)**
Receita Operacional Bruta	**148.025**	**178.484**	**-17,1%**	**519.854**	**529.400**	**-1,8%**
Deduções à receita operacional	-19.866	-18.786	5,7%	-58.421	-56.116	4,1%
Receita Operacional Líquida	**128.159**	**159.698**	**-19,7%**	**461.433**	**473.284**	**-2,5%**
Custos e Despesas	-8.673	-8.669	0,0%	-26.471	-26.405	0,3%
Depreciação	-19.913	-22.622	-12,0%	-62.683	-64.454	-2,7%
EBITDA	**118.312**	**151.029**	**-21,7%**	**433.583**	**446.929**	**-3,0%**
Resultado do Serviço	**99.573**	**128.407**	**-22,5%**	**372.280**	**382.426**	**-2,7%**
Resultado Financeiro	-94.878	-52.106	82,1%	-275.165	-163.943	67,8%
Outras receitas/despesas líquidas	-1.174	0	N.A.	-1.380	49	n.a
Lucro antes do IR & CSLL	**3.522**	**76.301**	**-95,4%**	**95.736**	**218.532**	**-56,2%**
IR & CSLL	37.988	-17.867	n.a	24.887	-40.094	n.a
Lucro líquido	**41.510**	**58.435**	**-29,0%**	**120.623**	**178.438**	**-32,4%**
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA	**59.156**	**75.515**	**-21,7%**	**216.791**	**223.464**	**-3,0%**
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro	**20.755**	**29.217**	**-29,0%**	**60.311**	**89.219**	**-32,4%**

Anexo VII – Covenants (R$ milhões)

BNDES (apuração anual)	
Dívida Líquida 30/09/26	18.311,6
EBITDA últimos 12 meses	5.239,1
Dívida Líquida/EBITDA 30/09/26	**3,50**
Patrimônio Líquido 30/09/26	24.033,6
Divida Liq./(Divida Liq. + PL) 30/09/26	**0,43**

Os principais compromissos financeiros dos contratos de financiamento (*covenants* financeiros) que a ISA ENERGIA BRASIL está sujeita são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos até o vencimento do contrato em 2041) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES ≤ 3,0 e Dívida Líquida/ (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) ≤ 0,6. O saldo desses financiamentos junto ao BNDES na data de 30/09/2026, somam o montante de R$ 649,9 milhões em que os contratos possibilitam pré-pagamento.

Os indicadores são apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua

participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%. O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida nos contratos, cuja última apuração ocorreu com as informações de 31 de dezembro de 2025 e a Companhia e suas controladas atenderam aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas. A próxima apuração será realizada com os dados de 31 de dezembro de 2026. Em novembro de 2025, a Companhia recebeu carta do BNDES formalizando a anuência prévia e a abstenção da declaração de vencimento antecipado de determinados contratos de financiamento, no contexto do acompanhamento dos indicadores financeiros referentes ao exercício de 2025.

Para fins gerenciais o indicador de Dívida Líquida/EBITDA de acordo com essa metodologia é calculado trimestralmente e foi de 3,50x no 3T26.

Anexo VIII – Balanço Patrimonial – IFRS

Ativo (R$ mil)	Consolidado 30/09/2026	Consolidado 30/09/2025
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	441.736	1.356.062
Aplicações Financeiras	2.526.363	808.924
Ativo de concessão	5.255.908	4.106.084
Estoques	121.914	72.704
Tributos e contribuições a compensar	295.197	229.311
Instrumentos financeiros derivativos	0	37.384
Créditos com partes relacionadas	2.559	126.579
Despesas pagas antecipadamente	39.404	6.061
Caixa restrito	0	0
Adiantamento a Fornecedores	0	0
Outros	768.706	344.330
	9.451.787	**7.087.439**
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	79.403	18.888
Ativo de concessão	41.790.962	32.325.214
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	2.874.979	2.760.806
Cauções e depósitos vinculados	46.551	46.049
Estoques	137.129	94.871
Instrumentos financeiros derivativos	60.469	20.406
Outros	105.299	76.525
	45.094.792	**35.342.759**
Investimentos	1.335.629	4.154.815
Imobilizado	159.998	180.126
Intangível	96.724	436.233
	1.592.351	**4.771.174**
	46.687.143	**40.113.933**
Total do Ativo	**56.138.930**	**47.201.372**

Passivo e Patrimônio Líquido (R$ mil)	Consolidado 30/09/2026	 30/09/2025
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	257.762	90.082
Debêntures	373.220	496.001
Arrendamento	16.721	18.677
Instrumentos financeiros derivativos	9.212	2.916
Fornecedores	251.102	254.445
Tributos e encargos sociais a recolher	268.557	213.325
Encargos Regulatórios a recolher	50.880	66.723
Juros sobre capital próprio e dividendos a	419.812	422.540
Obrigações trabalhistas	93.802	79.962
Valores a pagar – Vivest	834	1.335
Outros	318.102	240.765
	2.060.004	**1.886.771**
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	1.035.325	669.117
Debêntures	18.096.273	14.696.513
Arrendamento	26.086	36.959
Instrumentos financeiros derivativos	15.163	17.312
Fornecedores	3.868	3.456
Provisão para Contingências	194.532	163.035
PIS e COFINS Diferidos	3.933.329	2.966.130
Imposto de renda e contribuição social	6.672.253	5.287.595
Encargos Regulatórios a recolher	66.391	35.404
Outros	2.124	2.069
	30.045.344	**23.877.590**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	4.790.020	3.590.020
(-) Custo com emissão de ações	- 20.837	-
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucro	18.714.837	17.183.674
Outros Resultados Abrangentes	88.576	97.785
Dividendos adicionais propostos	279.322	279.322
	23.852.584	**21.151.467**
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	180.998	285.544
	24.033.582	**21.437.011**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**56.138.930**	**47.201.372**

Anexo IX – Demonstração de Resultados – IFRS

Demonstração de Resultado (R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Receita Operacional Bruta	**2.630,1**	**2.881,9**	**-8,7%**	**8.334,3**	**7.195,6**	**15,8%**
Receita de infraestrutura	1.428,8	1.516,7	-5,8%	4.326,9	4.218,2	2,6%
Receita bruta de Operação e Manutenção	464,0	294,2	57,7%	1.170,1	945,7	23,7%
Remuneração dos ativos de concessão	726,6	1.060,8	-31,5%	2.807,6	2.003,4	40,1%
Outras Receitas	10,7	10,1	5,8%	29,7	28,3	4,9%
Deduções à Receita Operacional	**-296,4**	**-322,9**	**-8,2%**	**-892,4**	**-791,8**	**12,7%**
Receita Operacional Líquida	**2.333,7**	**2.559,0**	**-8,8%**	**7.442,0**	**6.403,9**	**16,2%**
Custos e Despesas Operacionais	**-1.339,9**	**-1.396,3**	**-4,0%**	**-4.040,6**	**-4.028,2**	**0,3%**
Pessoal	-140,6	-126,1	11,5%	-468,7	-379,1	23,6%
Material	-382,8	-453,5	-15,6%	-1.421,1	-1.443,9	-1,6%
Serviços	-755,8	-744,7	1,5%	-1.935,5	-1.969,3	-1,7%
Depreciação	-14,9	-8,7	71,5%	-33,1	-25,6	29,0%
Outros	-45,8	-63,2	-27,6%	-182,2	-210,3	-13,4%
Receitas – Revisão Tarifaria Periódica (RTP)	**49,0**	**-6,9**	**-812,9%**	**49,0**	**159,5**	**-69,3%**
Resultado do Serviço	**1.042,8**	**1.155,8**	**-9,8%**	**3.450,4**	**2.535,1**	**36,1%**
Resultado Financeiro	**-348,4**	**-293,3**	**18,8%**	**-1.470,7**	**-996,8**	**47,5%**
Rendimento de Aplicações Financeiras	92,5	90,0	2,7%	212,8	243,4	-12,6%
Resultado da Variação Monetária Líquida	11,1	-50,5	-122,1%	-431,7	-291,5	48,1%
Juros Ativo/Passivos	0,0	-0,2	-116,4%	0,2	-3,0	-106,4%
Juros/Encargos sobre empréstimos	-428,4	-336,5	27,3%	-1.207,1	-933,3	29,3%
Outras	-23,7	3,8	-722,6%	-44,9	-12,5	260,3%
Resultado Operacional	**694,3**	**862,5**	**-19,5%**	**1.979,7**	**1.538,4**	**28,7%**
Equivalência Patrimonial	**59,9**	**109,5**	**-45,3%**	**359,1**	**403,7**	**-11,0%**
Outras Receitas/Despesas Operacionais	**283,8**	**14,4**	**1875,5%**	**289,8**	**14,7**	**1878,0%**
Resultado Anterior aos Tributos	**1.038,0**	**986,4**	**5,2%**	**2.628,6**	**1.956,7**	**34,3%**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	**-116,3**	**-183,6**	**-36,7%**	**-384,4**	**-196,9**	**95,2%**
Corrente	27,4	38,6	-29,1%	-110,8	-45,0	146,1%
Diferido	-143,7	-222,2	-35,3%	-273,6	-151,9	80,1%
Lucro/Prejuízo Consolidado	**921,7**	**802,8**	**14,8%**	**2.244,2**	**1.759,8**	**27,5%**
Participação do Acionista não Controlador	-7,8	-18,0	-56,4%	-32,7	-46,5	-29,8%
Lucro/Prejuízo	**913,8**	**784,8**	**16,4%**	**2.211,5**	**1.713,2**	**29,1%**

Anexo X – Fluxo de Caixa – IFRS (R$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
(R$ mil)	9M26	9M25
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**-4.591.721**	**-4.457.990**
Lucro líquido do período	2.244.205	1.759.777
Benefício a empregados – déficit atuarial	4.060	5.769
Depreciação e amortização	33.072	25.631
PIS e COFINS diferidos	331.728	292.773
IR e CS diferidos	273.584	151.924
Provisão para Demandas Judiciais	-15.262	-46.226
Valor residual de ativo permanente baixado	29.528	59
Benefício fiscal – ágio incorporado	28	27
Receita sobre aplicações financeiras	-92.156	-104.762
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.624.187	1.264.876
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	-1.501	-45.101
Resultado de equivalência patrimonial	-359.145	-403.702
Contas a receber - Ativo de Concessão	-8.355.460	-7.323.530
Instrumentos financeiros	-8.349	-3.418
Realização de ativo de Concessão na aquisição de Controlada	12.982	14.461
Transações com acionistas não controladores	-32.677	-46.548
Ganho por compra vantajosa na aquisição de participação societária	-468.353	0
Perda na alienação de participação societária	187.808	0
(Aumento) diminuição de ativos	**4.065.174**	**3.923.533**
Caixa restrito	0	0
Contas a receber - Ativo de concessão	4.706.652	3.909.080
Estoques	-45.038	48.404
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	-114.173	-141.904
Tributos e contribuições a compensar	-43.438	125.961
Cauções e depósitos vinculados	1.110	-188
Despesas pagas antecipadamente	-28.590	-6.016
Crédito com controladas	0	0
Outros	-411.349	-11.804
Aumento (diminuição) de passivos	**-71.011**	**-82.654**
Fornecedores	-15.058	28.619
Tributos e encargos sociais a recolher	111.521	188.717
Pagamentos IR/CSLL	-173.758	-136.660
Obrigações trabalhistas	10.223	11.456
Encargos regulatórios a recolher	-29.471	13.784
Provisões	-36.396	-5.089
Valores a pagar Vivest	0	0
Reserva Global de Reversão	-1.860	-1.861
Outros	63.788	-181.620
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**-597.558**	**-617.111**
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	**-2.388.505**	**-502.749**
Caixa restrito	-676	-399
Aplicações financeiras	-4.051.984	-5.093.394
Resgates de Aplicações financeiras	2.476.483	4.115.325
Aquisição de Imobilizado	-32.901	-10.297
Intangível	-22.770	-10.717
Aquisição de participação acionária	-1.415.224	0
Alienação de participação acionária	462.362	0
Dividendos recebidos	196.205	496.733
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	**2.071.737**	**-1.075.710**
Adições de empréstimos e debêntures	6.285.083	2.007.347
Pagamentos de Empréstimos e Debêntures (principal)	-3.769.540	-1.030.172
Pagamentos de Empréstimos e Debêntures (juros)	-926.199	-719.616
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal e juros)	-18.107	-11.094
Instrumentos financeiros derivativos	-14.872	13.660
Custo com emissão de ações	-20.837	0
Recurso para aumento de capital	1.200.000	0
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-663.791	-1.335.835
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**-914.326**	**-2.195.571**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.356.062	2.914.747
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	441.736	719.176
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**-914.326**	**-2.195.571**